

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

FRANCIELY DA COSTA GUARNIER

**O QUE AS CRIANÇAS NOS ENSINAM EM SUAS
ANDANÇAS ERRANTES PELAS RUAS DA CIDADE E
PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**VITÓRIA
2016**

FRANCIELY DA COSTA GUARNIER

**O QUE AS CRIANÇAS NOS ENSINAM EM SUAS
ANDANÇAS ERRANTES PELAS RUAS DA CIDADE E
PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares.

**VITÓRIA
2016**

FRANCIELY DA COSTA GUARNIER

**O QUE AS CRIANÇAS NOS ENSINAM EM SUAS ANDANÇAS ERRANTES
PELAS RUAS DA CIDADE E PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi
Universidade Federal Fluminense

À menina Clara e Pedro Bala, por ensinarem que a vida quer da gente é coragem. Guimarães Rosa havia dito: *A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*

AGRADECIMENTOS

Foram tantos encontros, tantas presenças, tantas pessoas, tantas leituras, tantas orientações, tantas parcerias, tantas descobertas, tantos desafios, tantos medos, tantos afetos, tantas alegrias, tantos encontros, tantos desencontros.

Sem os encontros, os desencontros, os afetos, as pessoas, as amizades, os estudos, as parcerias, a dedicação, não sairia essa dissertação de mestrado. Foram momentos tecidos por pessoas muito queridas que apostaram nas andanças da pesquisa e que contribuíram para a realização dessa dissertação.

Gostaria de agradecer aos meus pais, pessoas que desde cedo me inspiram a caminhar na micropolítica do dia-dia e a enfrentar as batalhas cotidianas com sabedoria e potência de vida. A vocês, pai e mãe, com enorme gratidão por sempre transmitirem apoio nas minhas escolhas e proporcionarem uma caminhada alegre e inventiva.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Gilead Marchezi Tavares, por proporcionar tamanha generosidade, atenção, apoio, dedicação, estudos, aposta, rigor, crescimento, afeto, parceria e amizade durante todo o percurso. Muito obrigada pela oportunidade de um sonho realizado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional pelo conhecimento adquirido e pela oportunidade de “estar com”.

Aos professores que aceitaram o convite de compor a banca, Ana Lúcia Coelho Heckert e Marcelo Ferreira Santana, obrigada por apostar e contagiar com tamanha contribuição na dissertação de mestrado.

Aos colegas da turma sete que proporcionaram encontros potentes. Ficarão lembranças carinhosas de um momento de realização que vocês fizeram parte.

Às minhas irmãs, Charlany e Matiely, por tamanha aposta nas minhas escolhas e sonhos. Obrigada pelo carinho e pelo laço forte de companheirismo durante a caminhada.

Ao meu companheiro, José, por estar junto comigo em mais um momento de realização. Pela compreensão e cuidado que tem proporcionado em minha vida. Obrigado por tudo.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, mais especificamente, aos profissionais que compõem a Gerência de Média Complexidade, obrigada pela autorização da pesquisa realizada nos CREAS de Vitória. A equipe técnica do CREAS Bento Ferreira e do CREAS Centro, pela escuta, trocas, encontros, cartografias e apostas na pesquisa realizada. A política de assistência se fez presente nos encontros com vocês.

Aos profissionais da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Vitória pela aposta no prosseguimento da pesquisa.

Aos meninos e meninas, Pedro Bala, Menina Clara, Joana, que aceitaram participar dos encontros durante a pesquisa. Sem vocês, a pesquisa não teria tamanha potência. Com vocês, pude olhar a rua com novos horizontes. Com vocês, aprendi mais sobre a vida. Suas narrativas proporcionaram uma escrita potente marcada por afetos, memórias e reinvenções.

Às amigas que vivem em mim por contagiarem a escrita desta dissertação e trazerem leveza e sentido à minha vida.

RESUMO

Pretendemos compartilhar nesta dissertação experiências vividas com crianças, considerando a história das políticas públicas com as quais operamos em nossa prática profissional e os saberes que orientam nosso fazer. A proposta foi guiada pela construção, junto com os meninos e meninas em atendimento em Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Vitória/ES (CREAS), de um dispositivo de pesquisa que desse visibilidade à memória das crianças em situação de rua, buscando a variante de experiências vividas por atores sociais que a história tradicional deixou à margem. Nesse sentido, ousamos *narrar* encontros com profissionais da assistência social que diziam sobre a redução do número de crianças e jovens em situação de rua acompanhados pelos CREAS; com dois jovens que apresentaram suas trajetórias pelas ruas, pela cidade, suas vivências cotidianas, a relação construída com os equipamentos da assistência social, com as oficinas, com o outro que atravessa suas experiências, conosco, que estivemos com eles buscando novas entradas e novas elaborações de suas vivências; a ativação da memória dos encontros tecidos no Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente, o encontro e reencontro com Joana; com o próprio processo de pesquisar; com os autores que lemos; com o grupo de pesquisadores do qual fazemos parte; com as ruas da cidade por onde andamos a procura dos meninos e meninas etc. Ao construirmos narrativas, a partir do que nos propõe Walter Benjamin, percebemos a invenção de um mundo novo que não cessa com a modernidade e suas barbáries. O movimento de diferenciação imanente à vida não cessa e, ao sermos lançados à pobreza de experiência que diz de um começar do zero, somos convocados a inventar novos arranjos, novos

vínculos, novas redes, ou seja, novos modos de acolhimento da alteridade. É nesse sentido que reafirmamos uma aposta no acolhimento, talvez não mais ancorado na tradição, mas sim nos afetos que nos constituem a partir do encontro com o outro.

Palavras-chave: Criança em situação de rua; Assistência Social; Narrativas, Experiência.

ABSTRACT

We intend to share in this dissertation experiences lived with children, considering the history of public policies with which we operate in our professional practice and the knowledges that guide our doing. The proposal was driven by the construction, along with the boys and girls in attendance in Specialized Reference Center of Social Assistance of Vitória / ES (SRCSA), of a search device that gives visibility to the memory of the children on the streets, seeking variant experiences of social actors that traditional history has lefted out. In this sense, we dare to narrate appointments with social care professionals that said about the reduction of the number of children and young people on the streets followed by SRCSA; with two young people who had their trajectories through the streets, the city, through their daily experiences, the relationship built with the equipment of social assistance, with the workshops, with the other that cross through their experiences, with us that were with them looking for new entries and new elaborations of their experiences; the activation of the memory built with the appointments in Children and Adolescents Care Day Centre, the meeting and reunion with Joana; with the very process of searching; with the authors we read; with the research team of which we are part; with the streets we walked demanding for boys and girls, etc. To build narratives from what was proposed by Walter Benjamin, we realized the invention of a new world that does not cease with modernity and its barbarities. The movement of immanent differentiation to life does not cease, and to be thrown into poverty experience that says a start from scratch, we are called to invent new arrangements, new bonds, new networks, that is new ways of acceptance of otherness. In this sense, we reaffirm a bet on the hosting maybe no longer anchored in tradition, but in the affections we are from the meetings with the other.

Keywords: Child on the streets; Social Assistance; Narratives; Experience.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD – Centro de Atendimento Dia - Criança e Adolescente

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ES – Estado do Espírito Santo

GMC – Gerência de Média Complexidade

LA – Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço a Comunidade

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

MP – Medida Protetiva

MS – Medida Socioeducativa

VIJ – Vara da Infância e Juventude

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNIP – Unidade de Internação Provisória

SUMÁRIO

Convite	12
1 INTRODUÇÃO	13
2 CONSTRUINDO UM DISPOSITIVO DE PESQUISA	25
2.1 CAMINHANDO NOS TERRITÓRIOS	28
2.2 ENCONTROS QUE SE TRANSFORMARAM EM MEMÓRIAS VIVAS.....	33
2.3 DIÁRIO DE CAMPO	34
3 MENINOS EM SITUAÇÃO DE RUA	40
3.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	43
3.2 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO DIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE (CAD)	51
3.3 DOS CAD AOS CREAS	57
4 CARTOGRAFANDO VIDA NAS VIOLACOES	60
4.1. CAMINHANDO NO TERRITORIO DAS MEDIDAS PROTETIVAS.....	66
5 AO ENCONTRO DOS ACONTECIMENTOS	75
5.1 MENINA CLARA	75
5.2 PEDRO BALA	80
6 PARADOXOS NA REDE INTERSETORIAL	85
6.1 UM POUCO DE JOÃO	86
6.2 UM POUCO DE JOANA	88
7 PEQUENA MEMÓRIA PARA UM TEMPO SEM MEMÓRIA	91
8 REFERÊNCIAS	97

Convite

A grande noite de paz da Bahia veio do cais, envolveu os saveiros, o forte, o quebra-mar, se estendeu sobre as ladeiras e as torres das igrejas. Os sinos já não tocam as ave-marias que as seis horas há muito que passaram. E o céu está cheio de estrelas, se bem a lua não tenha surgido nesta noite clara.

O trapiche se destaca na brancura do areal, que conserva as marcas dos passos dos Capitães da Areia, que já se recolheram. Ao longe, a fraca luz da lanterna da Porta do Mar, botequim de marítimos, parece agonizar. Passa um vento frio que levanta a areia e torna difíceis os passos do negro João Grande, que se recolhe. Vai curvado pelo vento como a vela de um barco. É alto, o mais alto do bando, e o mais forte também, negro de carapinha baixa e músculos retesados, embora tenha apenas treze anos, dos quais quatro passados na mais absoluta liberdade, correndo as ruas da Bahia com os Capitães da Areia.

Desde aquela tarde em que seu pai, um carroceiro gigantesco, foi pegado por um caminhão quando tentava desviar o cavalo para um lado da rua, João Grande não voltou à pequena casa do morro. Na sua frente estava a cidade misteriosa, e ele partiu para conquistá-la (Jorge Amado, 1973, pp. 22-23, “Capitães de areia”).

1 INTRODUÇÃO

Sobre as ripas da ponte, sobre os adros do barco, sobre o mar, com o percurso do sol no céu e com o do barco, se esboça, se esboça e se destrói, com a mesma lentidão, uma escritura, ilegível e dilacerante de sombras, de arestas, de traços de luz entrecortada e refratada nos ângulos, nos triângulos de uma geometria fugaz que se escoia ao sabor da sombra das vagas do mar. Para em seguida, mais uma vez, incansavelmente, continuar a existir.

(Marguerite Duras, 1991, pp. 218-219)

O percurso se inicia em uma casa branca de três andares, envelhecida pelos usos e desusos, dois andares dos quais ocupamos com um grupo inquieto de meninos e meninas ditos “em situação de rua”. São sujos, fedorentos e incomodam alguns vizinhos; incomodam não só pelo forte odor, mas pela sua própria existência, pelos percursos que trilharam.

Foi essa trajetória que nos lançou ao desafio de construir esta dissertação de mestrado, buscando ouvir e contar narrativas construídas nos encontros com crianças¹ em suas andanças errantes pelos Centros de Atendimento Dia até os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). A tentativa era de colocar em análise a política de Assistência Social para crianças e adolescentes em situação de rua a partir da implantação do CREAS no Município de Vitória - ES.

Importante retomar o fato de que, durante nosso percurso acadêmico e profissional, iniciamos uma inquieta inserção na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Vitória, primeiramente como estagiária de

¹ Usaremos a palavra criança para falar dos meninos e meninas de pouca idade que nas leis e normativas são, de modo geral, compreendidos a partir de sua idade cronológica, como crianças (quando possuem de 0 a 11 anos) e adolescentes (quando possuem de 12 a 17 anos). Preferimos “meninos” e “meninas” porque entendemos que a cronologia diz muito pouco das experiências vividas por recém-chegados ao mundo. Por outro lado, gostaríamos de manter a proximidade com a ideia de “criança” como figura que deriva da infância, que com ela mantém relações íntimas. Infância aqui não pensada como designação para uma fase da vida em que não se tem fala, mas como experiência de chegada ao mundo, das primeiras visadas ao mundo, e, por isso, de estranheza e admiração.

Psicologia do Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente (CAD) e posteriormente como psicóloga do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Nesse percurso, experimentamos práticas e vivências que contribuíram para a compreensão de aspectos que se entrelaçam e remetem-nos hoje à busca por análises acerca do atendimento a crianças e adolescentes ditos em situação de rua no processo de implantação do Sistema Único de Assistências Social (BRASIL, 2005). A pergunta que nos movia era: o que muda na história desses meninos e meninas a partir da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)?

O Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente (CAD) se caracterizou como espaço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). Meninos e meninas tinham, naquele ambiente, oficinas de ressignificação das inúmeras violências sofridas, assim como atendimento psicossocial, cujo maior objetivo se pautava na construção de vínculos sociais para que o passo seguinte fosse a realização de acompanhamento e possível reinserção familiar, superando-se assim a situação de rua.

Vale ressaltar que o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) trouxe eixos estruturantes para a operacionalização da política de assistência social como: concepção, territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento, avaliação e recursos humanos. E, em 2005, com a aprovação da regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), tem estabelecido em suas

diretrizes a descentralização político-administrativa, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e a participação da comunidade.

O SUAS prioriza a família como foco de atenção e o território como base da organização de ações e serviços em dois níveis de atenção: a proteção social básica e a proteção social especial.

A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, que tem seus serviços desenvolvidos principalmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outras situações. Este nível de atenção ainda é subdividido em dois: o de média complexidade e o de alta complexidade. Um dos equipamentos nos quais os serviços da média complexidade são realizados é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O Serviço de Abordagem Social, que tem suas atuações pautadas na proteção social de média complexidade, em Vitória teve sua implantação em função da ampliação da rede de atendimento à população em situação de rua no município. Esse serviço contemplou a criação de serviços como o Centro de Atendimento Dia – Criança e adolescente (CAD); Hospedagem noturna e a instituição dos convênios para as duas Casas Lar (destinadas ao adulto em

situação de rua que apresenta transtorno mental). Junto aos equipamentos citados, faziam parte a Gerência de Atenção ao Migrante e a População de Rua (GPR), a Abordagem de Rua para o adulto em situação de rua, a Abordagem de Rua para criança e adolescente, o Centro de Atendimento Dia – Criança e adolescente e o Albergue para o Migrante.

Foi por essa estrada nada linear que, durante dois anos, vinculada como estagiária de Psicologia, iniciamos a construção dos caminhos que me permitiram desenvolver esta dissertação. Assim, o desejo de cartografar alguns movimentos nos impulsionava ao trabalho. Mas, como pensar andanças onde se operavam mudanças significativas nos próprios modos de subjetivação? Rolnik (1989) pode nos apresentar valiosas pistas:

Uma abertura que depende da capacidade de suportamos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma – em suma, uma identidade onde nos reconhecemos -, mas que para além desta individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos. Mas como a realidade nesta sua dimensão é invisível, abrir-se para ela implica necessariamente uma abertura no campo do pensamento, de forma a conquistar um acesso ao invisível: mais do que simplesmente uma mudança de concepção, faz-se necessária a conquista de um outro tipo de prática do pensamento (ROLNIK, 1992, p. 5).

A partir de julho de 2010, a nova configuração da Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória extinguiu o serviço CAD, dando novos caminhos para o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua com a sistematização dos CREAS. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social², nos CREAS são ofertados serviços socioassistenciais que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. São serviços de informação, orientação, apoio e de inclusão social que visam à

² <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=protecaosocialespecial>

garantia e à defesa de direitos dos indivíduos e famílias com direitos violados. Os serviços são voltados para famílias com situações de trabalho infantil, abandono e negligência de crianças, violências contra crianças, adolescentes e idosos, abuso sexual, permanência nas ruas, famílias com adolescentes em conflito com a lei, etc.

Pensar o “percurso” do acolhimento diário de crianças em situação de rua desde a realização de oficinas coletivas ao atendimento sistematizado e individualizado nos CREAS apresenta-se como um campo fértil para a construção de um olhar atento à compreensão das políticas de atenção à criança e ao adolescente no Município de Vitória, assim como das práticas que perpassam a construção dos modos de subjetivação na contemporaneidade. Visualiza-se isso no cotidiano dos usuários do SUAS, que anunciam as subjetividades construídas na institucionalização da suposta “convivência familiar e comunitária” a partir da qual a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) dará contornos “distorcidos” à forma como os serviços do SUAS devem lidar com a diferença que perpassa a cidade.

Retomar as histórias das crianças no percurso dos CAD's aos CREAS possibilitou problematizarmos uma realidade em feitura nos acontecimentos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos, fazendo com que abrissemos o campo sensível para a rede conectiva performativa, entendida como plano de imanência que compõe a história.

Rolnik (1989) nos diz que conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Enfatiza que conhecer o caminho de constituição de dado objeto

equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho, inventando assim novos mundos e novas experiências.

Benjamin (1987) nos dá pistas para a compreensão da composição dos processos de subjetivação em curso na modernidade em função do declínio de uma prevalência da experiência, pensada como aprendizagem compartilhada por meio da autoridade dos indivíduos mais velhos de uma comunidade e da tradição à qual estavam ligados. A autoridade para o autor era conferida aos “velhos” pela sua proximidade com a morte e sua encarnação de uma tradição de história oral que possibilitava o acolhimento dos mais novos (ou “recém-chegados”) ao plano experiencial do qual emanava a novidade da vida. Nesse sentido, a tradição era, paradoxalmente, aquilo que possibilitava aos jovens acolhimento no mundo, para que tivessem um solo fértil para a invenção de novos modos de vida, pois assim tinham uma “herança” de história oral compartilhada com a experiência. Vemos que a tradição, longe de se configurar a repetição do mesmo, apontava para a repetição do novo, ou seja, da diferença que permite a invenção de si e do mundo. Um exemplo do modo como a experiência era compartilhada pela história oral é dado pelo autor ao contar uma parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos, que seria sua herança aos descendentes. Os filhos cavam suas terras em busca de sua tão esperada herança, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreendem que o que o pai lhes havia transmitido era certa experiência.

O que ocorre, ainda para Benjamin (1987), na modernidade, especialmente com a primeira grande guerra mundial, é a impossibilidade da transmissibilidade pela história oral porque os velhos, ao voltarem dos campos de batalha, encontravam-se pobres de experiências a serem compartilhadas, pobres de uma tradição que pudesse ser manancial de processos outros de vida.

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada havia em comum com uma experiência transmitida de boca a boca. Não havia nada de anormal nisso, pois “nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizantes que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica da inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes” (BENJAMIN, 1987, p. 115).

Nesse sentido, estaríamos, a partir dos processos histórico-sociais da modernidade, fadados a “começar do zero”. Trata-se de uma pobreza de experiências que pode ser refletida na carência absoluta de fertilidade para novos modos de vida, quando entendida como ausência de “acolhimento” às crianças no mundo a ser inventado permanentemente. Assim, à deriva, estaríamos todos hoje sem tradição, sem história oral, sem experiências e presos a um limbo de afetações para as quais não teríamos condições de dar contornos, tracejos, consistências...

Aqui se revela, com toda clareza, que nossa pobreza de experiências é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o

vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1987, p. 115).

Nesse esforço de pensar a experiência na modernidade, Benjamin (1987) faz a pergunta: “Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?” (p. 114).

O autor introduz a ideia de barbárie como aquilo que compensaria a pobreza de experiência. Pois, o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? “Ela a impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda” (BENJAMIN, 1987, p. 115- 116).

Acrescentaríamos mais ideias na esteira do pensamento de Benjamin: começar do zero pode ser também pensado como maior abertura à invenção. A deriva pode ser ainda a condição de possibilidade de emergência de novas práticas. A experiência pode ser o acontecimento que produz rachaduras nos processos históricos, tornando-os sempre sinuosos e imprevisíveis.

Nesse sentido, embarcamos no campo de investigação-intervenção munidos de disposição para construir, no encontro com os equipamentos do SUAS e com as crianças, dispositivos capazes de tirar dos nossos corpos as certezas, de sentir os acontecimentos que nos tomam, de acolher a alteridade que nos habita e seguir o movimento zigue-zagueante do mundo.

Entendemos o desafio que Benjamin (1987) nos lança e o lançamos de volta, lançando a nós mesmos ao mesmo tempo, com a inversão do pensamento de

experiência-acolhimento para acolhimento-experiência. Se começamos do zero porque não temos a experiência para acolher as crianças, então como forjamos dispositivos de acolhimento para experimentarmos o mundo com toda a consistência de um agenciamento e daí inventarmos novos mundos?

Tal exercício de pensamento nos convém nesta dissertação, uma vez que somos interpelados, perturbados, cotidianamente pelas crianças ditas “em situação de rua”. Tal perturbação já diz da impertinência que elas são capazes de disparar no tecido social e, por isso, são aqui pensadas como analisadoras dos processos em curso no contemporâneo. Como potencializar sua força de resistência aos modos convencionais de vida e ao mesmo tempo garantir-lhes o direito à vida, à expressão e ação reconhecidas como direito à liberdade (ARENDDT, 2013).

Ainda que Arendt (2013, p. 188) afirme que “levantar a questão – o que é a liberdade? – parece ser uma empresa irrealizável”, propomos a reflexão sobre liberdade com o intuito de ampliar as análises sobre as experiências que se desdobram nas andanças de crianças nas ruas e suas experiências cotidianas.

Dialogando com Benjamin e Arendt, e retomando o conceito de barbárie para problematizarmos a pergunta levantada por Arendt sobre o que é a liberdade, compreendemos, através da leitura de Benjamin (1987, p. 118), que não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências.

Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, e que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos. “Vocês estão todos tão cansados – e tudo porque não concentraram todos os seus

pensamentos num plano totalmente simples mas absolutamente grandioso” (BENJAMIN, 1994, p. 118).

Entendemos a rua como local de muitos atravessamentos e interferências, de construção de vivências e de múltiplas histórias. Porém, interessa-nos aqui olhar as ruas através das vivências relacionadas justamente aos espaços fechados, onde os “*de rua*” são convocados às batalhas cotidianas contra a permanência na rua, lugar visto como do perigo e do desconhecido. Batista (2001) nos fala sobre essa caracterização da rua como o lugar do perigo:

A sinuosidade das ruas onde ele morava exigia sagacidade no desmonte de prováveis armadilhas. O que mais amedrontava aos moradores seria cair nas armadilhas da sina. Se caíssem, suas vidas se transformariam em previsibilidade e miséria, fixando-os na retidão do destino. Todo cuidado seria pouco. Na sinuosidade e bifurcações dessas ruas o corpo desbotado gingava, escapava da retidão do destino, narrando acontecimentos e combates não exclusivos dele, até mesmo os lá debaixo, mas eram abafados por fronteiras compactas e luminosas. Se não narrasse, combatendo enfraqueceria e sofreria. Não só ele, mas muitos. Ruas tortas exigiam dele uma história feita por ginga e astúcia (BATISTA, 2001, p. 197).

Importante trazer alguns diálogos com Foucault (2004, p. 197), pois suas problematizações possibilitam constituir o exercício de pensamento que busca “saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode libertar o pensamento do que ele pensa silenciosamente e permitir a ele pensar de modo diverso”.

Desse modo, pretendemos compartilhar neste estudo experiências vividas com crianças, considerando a história das políticas públicas com as quais operamos em nossa prática profissional e os saberes que orientam nosso fazer. O trabalho analítico implica discutirmos nossa experiência na correlação entre os campos de saber, os sistemas de poder que regulam uma prática e as formas como os indivíduos podem reconhecer-se como sujeitos da experiência (FOUCAULT, 2004).

Ao propormos uma cartografia, como aposta teórico-metodológica de criação de possíveis, aderimos a uma política de pesquisa que inclui uma estética que afirma histórias múltiplas, resistindo à armadilha da história única.

Trazemos o alerta do “perigo da história única” que a escritora Chimamanda Adichie relata em vídeo publicado no ano de 2009. A escritora nos chama a atenção para a intensificação da história única que afirma uma única fonte de influência, um único destino, uma única forma de se conhecer o mundo. Problematizando o quanto somos “vulneráveis” em relação à história, indaga: para que se produz uma história única?

Desse modo, Adichie (2009) nos faz pensar que a história nos constitui. Uma história é sempre a história de um jogo de forças que se atualiza em nossas práticas cotidianas e pode ser pensada como a condição de possibilidade de emergência de práticas, de instituições, de subjetividades.

Portanto, acreditamos que, ao escrever esta dissertação, há uma aposta em acolher narrativas marcadas por caminhos que não são lineares, e sim, constituídos por arranjos locais e por relações cotidianas. Como nos diz Benevides e Passos (2003),

[...] traçar a transversal é, no que diz respeito aos modos de dizer, tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas. O procedimento narrativo da desmontagem das formas permite, em suas bordas, atizar o que lá insiste/resiste como força de criação. No limite das formas algo vibra e contagia (BENEVIDES; PASSOS, 2003, p. 156).

Sendo assim, é necessário estar atento àquilo que se maquina nas sombras, nas obscuridades, nas “margens” e que fazem parte das histórias dos meninos e meninas em situação de rua, para captar o que acontece e vibra no seu dia a

dia. O acontecimento, segundo Rolnik (1995) remete ao pensamento, ou tem nele seu meio, uma vez que se refere à produção de sentidos e faz emergir novas práticas a partir da via de trânsito que inaugura no tecido social.

2 CONSTRUINDO UM DISPOSITIVO DE PESQUISA

Narrar é a faculdade de intercambiar experiência.
(BENJAMIN, 1994, p. 197)

Ao construirmos um dispositivo de pesquisa, fazemos apostas no campo e na produção da escrita através de aportes teóricos e desenvoltura de um corpo sensível ao imprevisível. Um corpo vivo, por isso sensível, pensado como capacidade de ser afetado, como nos indica Latour (2009), é um dispositivo de agenciamentos, de articulações que tornam o *multiverso* (LATOURE, 2009) ainda mais rico em diversidade e multiplicidade.

Entendemos que o corpo do pesquisador nunca está dado, não se nasce com ele, pois precisa de preparos e reparos. “Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível” (LATOURE, 2009, p. 40).

É necessário desmanchar-se no processo da escrita e ser guiado pelo pensamento sem certezas. Abrir-se aos acontecimentos do percurso e deixar que a pesquisa se *acontecimentalize* (TAVARES; FRANCISCO, 2015).

O pensamento, desta perspectiva, não é fruto da vontade de um sujeito já dado que quer conhecer um objeto já dado, descobrir sua verdade, ou adquirir o saber onde jaz esta verdade; o pensamento é fruto da violência de uma diferença posta em circuito, e é através do que ele cria que nascem tanto verdades, quanto sujeitos e objetos (ROLNIK, 1993, p. 5).

Tal prática inclui a escuta, o olhar atento, uma abertura ao sentido e percepções que são cartografadas em cada movimento de leitura, de encontro, de conversas e de pensamentos.

A atenção não busca algo definido. Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grandes preocupações com grandes redundâncias.

Tudo caminha até que a atenção, numa atitude ativa de receptividade, é tocada por algo (PASSOS; KASTRUP, 2009, p. 44).

A proposta era de construir, junto com os meninos e meninas em atendimento no CREAS, um dispositivo de pesquisa que desse visibilidade à memória das crianças em situação de rua, buscando a variante de experiências vividas por atores sociais que a história tradicional deixou à margem.

Benjamin (1994) alerta-nos que “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história” (p. 205).

Apesar da constatação do fim da narrativa tradicional, Benjamin (1994) aponta para uma nova narração, “uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas” (GAGNEBIN, 2001, p. 90).

Nesse sentido, apostamos na narrativa como possibilidade de dar consistência a um plano de imanência com o acolhimento de memórias e trajetórias de vidas dos meninos e meninas em situação de rua.

Para Benjamin (1994), a memória é a “mais épica de todas as faculdades” (p. 210), provocando o surgimento não de “lembranças”, organizadas por uma temporalidade única e linear ordenando os acontecimentos, nem como um sentido único de verdade, e sim de “reminiscências” que rompem a sucessão cronológica dos fatos.

Rememorar é transformar o presente de modo que “se o passado perdido for aí reencontrado seja também retomado e transformado” (GAGNEBIN, 1994, p. 19).

[...] Uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2001, p. 91).

Partindo desses referenciais teóricos como campo de análise, as histórias que os meninos e meninas em situação de rua contam são consideradas aqui como narrativas à deriva, repletas de intensidade e potencialidades, ainda que nos cacos de uma tradição em migalhas, abertas ao acolhimento coletivo e, por isso, prenes de experiências.

Trata-se de *conhecer* a autoridade da criança em situação de rua como aquele que vive no fio da navalha, no entrecruzamento de processos múltiplos e difusos, no controle das políticas de assistência social, nas *fugas* dos modelos e normas... Benjamin (1994) diz que o que permite o compartilhamento da experiência é a autoridade, conferida ao velho pela sua proximidade com a morte. Em conjunto com Tavares (2014), pensamos

[...] Que autoridade teria a criança? [...] Se, por um lado, a criança é produto de dispositivos de controle, por outro, operado pela resistência, o risco faz da criança experiência de vida. Suponhamos a figura do velho em relação direta e de codependência com a da criança... A autoridade da criança não poderia ser conferida pela sua proximidade com a pré-individualidade? Afinal, a criança é perigosa porque ninguém sabe o que será dela [...] (TAVARES, 2014, p. 65).

Ouvir, lembrar e escrever histórias de crianças que perfazem trajetos dinâmicos entre a cidade e os equipamentos públicos de assistência social referiu-se à constituição de narrativas locais e situadas. A localização não fala de uma narrativa “pequena” ou de “menor importância”. Fala de um intenso foco de transduções³: a relação global/local. “O global, homogêneo, é perda

³ Transdução aqui é pensada a partir dos escritos de Lourau (2004) como movimento que acompanha as potencializações e atualizações da rua. A transdução coloca em cena um campo de coerência que não é o herdado, ou o habitual, uma vez que diz de uma ação do pesquisador que, necessariamente, “se desloca” (se constitui) junto com o campo de intervenção-investigação.

referências” (LOURAU, 1994, p. 213), mas é também aquilo que potencializa o local, pois nada no global pode ser distinguido. “O local, heterogêneo, é constituído de referências em fuga” (LOURAU, 1994, p. 213), pois é no local que ocorrem as atualizações, as distinções, as individualizações potencializáveis no global.

[...] se recorremos à transdução [...] é porque esse conceito nos ajuda a pensar a pesquisa como acontecimento, na medida em que diz do movimento anterior à assunção das formas e inerentes às mesmas de “passagem” ou de “potencialização”. Quer dizer, buscar nas próprias formas (sujeitos e objetos) sua capacidade de se diferir a partir da percepção de sua metaestabilidade. Assim, sujeito e objeto não o são de antemão, mas sempre o são na relação que os fazem um como sujeito e outro como objeto (TAVARES; FRANCISCO, 2015, p. 138).

Assim, a partir da leitura Benjamin (1994) e fazendo recortes dos fragmentos de seus textos, fomentamos uma ótica da infância através do contágio de olhares locais que possibilitam a construção de uma outra prática de pesquisa.

CRIANÇA DESORDEIRA. Cada pedra que ela encontra, cada flor colhida e cada borboleta capturada já é para ela princípio de uma coleção, e tudo que ela possui, em geral, constitui para ela uma coleção única. Nela essa paixão mostra sua verdadeira face, o rigoroso olhar índio, que, nos antiquários, pesquisadores, bibliômanos, só continua ainda a arder turvado e maníaco. Mal entra na vida, ela é caçador. Caça os espíritos cujo rastro fareja nas coisas; entre espíritos e coisas ela gasta anos, nos quais seu campo de visão permanece livre de seres humanos. Para ela tudo se passa como em sonhos: ela não conhece nada de permanente; tudo lhe acontece, pensa ela, vai-lhe de encontro, atropela-a. Seus sonhos de nômade são horas na floresta do sonho. De lá ela arrasta a presa para casa, para limpá-la, fixá-la, desenfeitá-la. Suas gavetas têm de tornar-se casa de armas e zoológico, museu criminal e cripta. “Arrumar” significaria aniquilar (BENJAMIN, 1987, p. 39).

2.1 CAMINHANDO NOS TERRITÓRIOS

Seguindo as pistas de Benjamin, estivemos inseridos em um dos equipamentos da Secretaria Municipal de Vitória (ES) de Assistência Social, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Neste local, fomos

contagiados pelo olhar dos meninos em situação de rua sobre suas infâncias e pelos olhares dos trabalhadores do SUAS em relação à infância, adolescência e à política de assistência social e seus desdobramentos.

Importante contextualizar que no município de Vitória existem três CREAS divididos por áreas de abrangência: CREAS Centro; CREAS Maruípe e CREAS Bento Ferreira.

Transitamos pelo CREAS Centro e pelo CREAS Bento Ferreira no intuito de acompanhar os processos e narrativas locais sobre a infância e aproximarmos do público de crianças e adolescentes em situação de rua. Logo, decidimos que nosso campo de intervenção-investigação seria o CREAS Centro e Bento Ferreira.

Foram quatro meses acompanhando práticas voltadas para o acolhimento de crianças e adolescentes junto aos profissionais e usuários daquele serviço, uma vez que os CREAS também atendem outras demandas.

Começamos nossas andanças no CREAS Centro onde estabelecemos encontros com a equipe técnica, psicólogos e assistentes sociais do equipamento, o que favoreceu a escuta das narrativas sobre o acolhimento dos meninos em situação de rua naquele equipamento.

Já nos primeiros encontros com a equipe técnica, foi amplamente colocado que a maioria dos meninos e meninas que vinham sendo acompanhados pelo serviço nos últimos anos (2014 e 2015), sendo o público específico de situação de rua, não vinham sendo encontrados e abordados no território que engloba os bairros das regiões acompanhadas e monitoradas pelo CREAS Centro.

Ao verificarmos a pouca presença e frequência dos meninos e meninas nos espaços, surgiram embaraços e inquietações em nossos planejamentos, convocando-nos ao pensamento acerca das vivências desses sujeitos junto aos equipamentos da assistência social.

Voltamo-nos para novas perguntas, tais como: *o que a ausência desses meninos nos espaços diz sobre as práticas dos equipamentos como os CREAS na efetivação da política de assistência? Como vem sendo estabelecidas as relações nas ruas do município de Vitória? Como levar adiante nosso problema de pesquisa sem estar junto com os meninos e meninas em situação de rua dentro dos CREAS?*

Desse modo, fomos atravessados pelo contexto de diminuição do número ou ausência de crianças nos CREAS, constituindo-se como uma das pistas para a análise da política de assistência social no município.

Sabemos que o comparecimento dos meninos e meninas no espaço envolve intervenções como a busca ativa realizada pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social entre outras práticas, como o acolhimento institucional. Também remete à rotina dos equipamentos e aos processos de trabalho dos serviços da assistência social.

Reconhecemos que nos tempos de hoje, em que a discussão que está em auge é a recorrente prática de internação compulsória, envolvendo principalmente as pessoas que se encontram nas ruas, as práticas de enclausuramento têm se mostrado recorrentes, configurando uma intensa judicialização da vida desses sujeitos.

Práticas como as citadas acima reforçam a invisibilidade sobre os outros modos de vida existentes em nossa sociedade, como as vidas anunciadas por crianças, jovens e adultos em situação de rua.

Diante desses aspectos que transcorrem nos dias de hoje é que consideramos o esvaziamento desse público na cidade e nos equipamentos da assistência social um analisador importante da política.

Seguindo tal pista de análise em nossas andanças nos CREAS, acompanhamos a equipe do Serviço de Abordagem Social durante uma de suas atividades diárias, que consiste no monitoramento do território para o mapeamento e diagnóstico da situação das pessoas em situação de rua. Vale ressaltar que, dentre as várias atividades realizadas pelos profissionais desse serviço, o monitoramento é a que demanda maior parte do tempo de trabalho. Psicólogos, assistentes sociais e educadores compõem a equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e se revezam ao realizar o monitoramento diário.

O serviço conta com um plano de trabalho que consiste no trajeto semanal do monitoramento em determinados bairros da cidade, com o intuito de ser realizado um trabalho de identificação de pessoas que estão vivendo nas ruas, ditas em situação de risco social e vulnerabilidade, e após a identificação e construção de vínculos, é realizada a tentativa de inserção desses sujeitos no serviço de média complexidade como os CREAS, para um possível acompanhamento e superação da situação de rua.

Marcamos uma data e acompanhamos a equipe psicossocial durante o monitoramento sobre os bairros que englobam o CREAS Centro. A equipe que

iria realizar o monitoramento naquele dia era formada pela assistente social, educadora e o motorista.

Realizamos o monitoramento junto com a equipe na região do centro de Vitória, que inclui os seguintes bairros: Vila Rubim, Ponte Seca, Rodoviária, Praça Costa Pereira, Jucutuquara, Fradinhos, Tabuazeiro, Praia do Suá, Centro de Vitória, entre outros bairros.

Durante o monitoramento, perguntamos sobre a presença de crianças em situação de rua. A equipe relatou que raramente aborda uma criança nas ruas daquele território. São exatamente três adolescentes que se encontram em situação de rua no território do Centro, segundo os profissionais do serviço.

Quando perguntamos sobre quais seriam as percepções dos profissionais diante do esvaziamento de crianças em situação de rua, as respostas invariavelmente eram “o envolvimento dos adolescentes no tráfico”. Para os profissionais, alguns meninos e meninas ficam nas subidas dos morros, não mais nas praças como eram vistos e nos bairros movimentados da Grande Vitória.

Seguindo o trajeto da pesquisa, percorremos o CREAS Bento Ferreira, que também conta com o serviço de Abordagem Social. O primeiro passo nesse CREAS foi nosso encontro com a equipe técnica. Apresentamos a pesquisa e explicamos a proposta de acompanharmos o público de crianças em situação de rua nos momentos de acolhimento e atendimento no espaço.

Através do encontro, os profissionais sinalizaram dois adolescentes que vinham sendo acompanhados no espaço do CREAS como medida protetiva por conta da situação de rua, entendida como violação de direitos.

2.2 ENCONTROS QUE SE TRANSFORMARAM EM MEMÓRIAS VIVAS

Nossas andanças ultrapassavam os espaços como os CREAS Centro e Bento Ferreira. A rua também era campo de intervenção-investigação para entender os acontecimentos que faziam a política de assistência social se efetivar no município.

Andávamos num bairro movimentando da Grande Vitória num dia de feira livre. Próximo ao supermercado da região, alguém grita e logo identificamos a voz daquela moça. Era Joana⁴! Ela sorriu quando nos viu andar em sua direção. Gritava para as outras pessoas ao seu redor e falava: “*essa é minha amiga*”. Era possível ver o olhar de indiferença de algumas pessoas que passavam no momento, voltado para aquela moça que gritava. Joana dizia com seus gritos que possuía amigadas que lembraria independentemente de onde estivesse.

O vínculo construído na época do CAD e no período de inserção no Serviço de Abordagem Social era reconhecido naquele encontro.

Joana era conhecida por acionar o serviço nos momentos mais difíceis de sua vida. À época, quando via o carro do Serviço de Abordagem Social passar, logo gritava nos chamando.

⁴ Joana era uma criança quando a conhecemos no serviço do CAD. Trabalhamos com ela bastante tempo, inclusive no período em que estávamos no Serviço de Abordagem de Rua. A reencontramos, “por acaso”, durante o percurso da pesquisa.

Alguns desses momentos se deram quando Joana encontrava-se grávida e temia perder o filho por ser usuária de drogas e moradora de rua. Um desses encontros acolhedores que proporcionou a escuta da jovem acerca da confirmação de sua gravidez e do medo de perder seu segundo filho, estava vivo na memória e se fez presente no percurso da pesquisa.

Depois de algumas tentativas de aproximação com a Joana na época relatada acima, entendíamos que Joana estava passando por um momento difícil de perdas.

A sua vida era constituída pelo cotidiano da rua. Seus namoros se desenrolavam na rua. Contudo, seus filhos não poderiam compor a sua experiência da rua. Era difícil trabalhar com Joana o cuidado com a gestação de um filho dentro de um modelo preconizado nas políticas assistenciais. A rua era pensada nas práticas assistenciais como fator de risco. Joana queria ter o filho, mas era recalcitrante em relação aos modos de funcionamento impostos pelas diretrizes de atenção à infância. Desse modo, não comparecia às consultas agendadas para a realização do pré-natal.

A memória viva que foi acionada no reencontro com Joana quando estávamos compondo este trabalho não pôde ficar de fora das narrativas que aqui propomos.

2.3 DIÁRIO DE CAMPO

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não

está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1994, p. 205).

O diário de campo foi fundamental para atualizarmos as narrativas e os encontros, sendo material de análise e de intervenção da pesquisa. Compreendemos, no processo de escrita *transdutiva*, a elaboração do diário de campo como um dispositivo analítico que permite colocar em evidência as localizações, realocações e sobrelocalizações que se atualizam no processo de pesquisa, potencializando o ato de pesquisar. Disso se apresenta a análise de implicação como ação de constituição de um campo de intervenção-investigação pelo pesquisador ao mesmo tempo em que dentro dele se coloca (LOURAU, 1994).

A realização da pesquisa-intervenção que originou esta dissertação forjou, com a utilização do diário de campo (potente instrumento de produção de mundos), narrativas que buscam trazer novas versões de histórias cotidianas para fazer proliferar sentidos/acontecimentos.

Compreendemos as narrativas como a memória constituída e acionada pelo dispositivo da pesquisa, por isso diz dos meninos, diz dos equipamentos por onde andamos, diz dos profissionais com quem conversamos, diz de nós e de nossos campos de análise. Mas, é fundamental notar que as narrativas compõem os analisadores do percurso histórico dos CAD's aos CREAS, enunciam acontecimentos, deflagrando o movimento incessante de diferenciação inerente à vida livre. Elas existem na medida em que forjamos um corpo sensível ao encontro, ou seja, ao acolhimento da alteridade que vibra

nos encontros, favorecendo o que Deleuze e Guattari (1995) vão chamar de agenciamento coletivo de enunciação⁵.

Entendemos que o trabalho de pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo processo que envolve as práticas de estudos, fissuras, estranhamentos, críticas, análises, encontros e modos de pesquisar. E esse processo inclui uma multidão de atores, desejos, implicações, subjetivações e afetos.

Barros e Passos (2015) nos auxiliam na compreensão do processo da escrita que serviu como fundamento básico na construção desta dissertação:

Acompanhamos, nesse processo, a coemergência do objeto e do sujeito da pesquisa que se apresentam em sua provisoriedade. O pesquisador está, portanto, incluído no processo da pesquisa e se restitui, ele também, na operação de análise das implicações. O registro do trabalho de investigação ganha, dessa forma, função de dispositivo, não propriamente para concluir o trabalho ou apresentar seus resultados finais, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa. A pesquisa-intervenção requer, por isso mesmo, uma política da narratividade (BARROS & PASSOS, 2015, p. 172-173).

Desse modo, entendemos que nos perfazemos em conjunto com o processo de pesquisa. A performance reverbera e continua, ainda, no processo de escrita da dissertação, pois escrevemos também para “[...] desintoxicar, sucatear ideias, muitas vezes entrar nua fria e malograr. Para aprender a tensionar o discurso e desmanchar-se em lágrimas, sem que o gesto pareça sentimental. Para abandonar o hábito de ser. Para escorchar a pele e com ela confeccionar um manto de memórias editáveis, etc.” (PRECIOSA, 2010, p. 21).

Acompanhando o processo em curso no campo de intervenção-investigação, especialmente por meio das vivências nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), deparamo-nos com novas

⁵ “O conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (GUATTARI, 1992, p. 19).

questões, que buscaremos trazer nas narrativas: todo um conjunto de percursos e percalços após constatarmos uma redução do público infantil nas ruas do município de Vitória.

Pretendemos dar visibilidade aos múltiplos aspectos históricos e institucionais que envolvem as amplas práticas direcionadas ao “acolhimento” de crianças considerados em situação de risco. Compreender o que ocorre, o que acontece e quais relações estão sendo construídas com os atores da rede que compõem a política de assistência social nesse município, levando em consideração o “sumiço” de meninos e meninas em situação de rua.

Mais uma vez, recorreremos a Benjamin (1994), para afirmar as narrativas que trazemos como acolhimento ao acontecimento dos encontros. A narrativa é nossa aposta na constituição de experiências pelo acolhimento e assim, como dizia o autor, “a narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida, retirá-la dele” (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Para Benjamin (1994), na narrativa, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (p. 201). Considerava a arte de contar uma história um acontecimento infinito, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (p. 37). Desse modo, entendemos que a narrativa produz a experiência e a reconstrói à medida em que é narrada.

Ao construirmos narrativas, a partir do que nos propõe Benjamin (1994), percebemos o quanto foi inventivo todo o percurso da pesquisa. Entendemos

que é essa a herança deixada por Benjamin (1994) a nós em seus escritos: a invenção de um mundo novo que não cessa com a modernidade e suas barbáries. Se a barbárie diz do fim da tradição, do compartilhamento de experiências passadas e da autoridade do velho, ela também diz de um começar do zero, do nada, e esta seria a experiência absoluta da pobreza humana. Tal pobreza diz respeito a uma tendência cruel da modernidade de não acolhimento dos recém-chegados ao mundo das experiências narradas que atualizavam a tradição cultural. Por outro lado, o movimento de diferenciação imanente à vida não cessa e, ao sermos lançados à pobreza que diz de um começar do zero, somos convocados a inventar novos arranjos, novos vínculos, novas redes, ou seja, novos modos de acolhimento da alteridade. É nesse sentido que reafirmamos uma aposta no acolhimento, talvez não mais ancorado na tradição, mas sim nos afetos que nos constituem a partir do encontro com o outro. É assim que ousamos “narrar” os encontros com profissionais da assistência social que diziam sobre a redução do número de crianças e jovens em situação de rua acompanhados pelos CREAS; com dois jovens que apresentam suas trajetórias pelas ruas, pela cidade, suas vivências cotidianas, a relação construída com os equipamentos da assistência social, com as oficinas, com o outro que atravessa suas experiências, conosco, que estivemos com eles buscando novas entradas e novas elaborações de suas vivências; a ativação da memória dos encontros tecidos no CAD, o encontro e reencontro com Joana; com o próprio processo de pesquisar; com os autores que lemos; com o grupo de pesquisadores do qual fazemos parte; com as ruas da cidade por onde andamos a procura dos meninos e meninas etc.

Gagnebin (2009), grande estudiosa de Benjamin, em seus apontamentos acerca da leitura da “Crônica Berlinense” e da “Infância Berlinense”, traz a seguinte hipótese sobre a prática autobiográfica:

Benjamin nos propõe uma concepção do sujeito que, seguindo a herança de Proust e de Freud, não os restringe à afirmação da consciência de si, mas o abre às dimensões involuntárias, diria Proust, inconscientes, diria Freud, da vida psíquica, em particular da vida da lembrança e, inseparavelmente, da vida do esquecimento. Esta abertura, eis minha segunda hipótese, consiste igualmente numa ampliação da dimensão social do sujeito que, renunciando à clausura tranquilizante, mas também à sufocação da particularidade individual, é atravessado pelas ondas de desejos, de revoltas, de desesperos coletivos. Esta ampliação ao mesmo tempo política e filosófico-psicológica do conceito de sujeito me parece essencial para uma reflexão que tente pensar a nossa prática histórica, isto é, como contamos a nossa história e como agimos nela (GAGNEBIN, 2009, p. 74-75).

Desse modo, este trabalho intenta tecer o processo que constituiu o caminhar da pesquisa e seus desdobramentos como afetos transbordados e subjetivações produzidas no encontro com contextos diversos: de números, de equipamentos, de conversas informais, de alianças há tempos traçadas, de andanças nas ruas etc.

3 MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA

*É difícil defender,
Só com palavras, a vida,
Ainda mais quando ela é
Esta que se vê, Severina;
Mas se responder não pude
A pergunta que fazia,
Ela, a vida, a respondeu
Com sua presença viva;
E não há melhor resposta
Que o espetáculo da vida:
Vê-la desfiar seu fio,
Que também se chama vida,
Ver a fábrica que ela mesma,
Teimosamente se fabrica,
Vê-la brotar como há pouco
Em nova vida explodida;
Mesmo quando é assim pequena
A explosão, como a ocorrida;
Mesmo quando é assim pequena
A explosão, como a ocorrida;
Mesmo quando é uma explosão
Como a de há pouco, franzina;
Mesmo quando é a explosão
De uma vida Severina.
(João Cabral de Melo Neto)*

Ao nomear o título *Meninos em situação de rua*, lembramo-nos de momentos de discussões entre os profissionais da Assistência Social acerca dos termos *meninos na rua*, *meninos em situação de rua*, *meninos de rua*. Surgiam estranhamentos por conta de percebermos que a rua era um dos elementos da vida destes meninos e não o único. Existem outros desdobramentos em suas vidas além da rua. A cada descoberta na mudança de termo, questionamentos como esses rondavam nossas intervenções: O que estamos produzindo ao afirmar novos termos? De qual rua estamos falando? O que nossa prática potencializa na história de vida destes meninos?

Podemos pensar os questionamentos descritos acima pelo viés desenvolvido por Foucault (2009) utilizando-se do conceito de *panoptismo*, sendo este considerado pelo autor como uma função disciplinar que atravessa as instituições sociais especialmente a partir do século XVII.

O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 2009, p. 103).

Experimentando o cotidiano com os meninos, foi possível visualizar a rua de forma intensa e como um local marcado por enfrentamentos nas relações. Exemplo disso são falas de munícipes do tipo: *o menino que dorme no papelão; o menino que está pedindo na porta do meu estabelecimento; o menino que está “noiado”; o menino que está sujo e fedorento; o menino do projeto; o menino barulhento*. Afirmações como essas buscam enquadrar esses sujeitos em normas e em estigmas na sociedade contemporânea e anunciam produções de subjetividades constituídas por processos de confrontação com o poder.

Como nos diz Cecília Coimbra:

[...] também hoje [...] estão sendo produzidos ‘novos inimigos internos do regime’: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os ‘mantenedores da ordem’ consideram ‘suspeitos’ e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses ‘enfermos’ – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas ‘identidades’ cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. [...] A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não por sua separação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas (COIMBRA, 2001, p. 58).

Entendemos que, por meio dessas discussões, nossas práticas podem ser direcionadas para uma reflexão que possibilite repensarmos nosso cotidiano e desnaturalizarmos conceitos instituídos, abrindo o campo sensível para outras possibilidades em nossa sociedade.

Cecília Coimbra (2001) traz valiosas contribuições para analisarmos o campo da *“cidade, pobreza e classes perigosas”*.

As afirmações dos médicos higienistas – aqui rapidamente apresentadas – sobre os perigos sociais e, em especial, sobre as ameaças presentes nos espaços públicos, nas ruas e praças, vão se aliar a algumas políticas hegemônicas na era finissecular e, em especial, a projetos de arquitetos/urbanistas que concebem cidades mais higiênicas e, portanto, mais ordenadas e controláveis. Espaços urbanos que teriam o poder de disciplinar política, higiênica e moralmente as “classes perigosas” e a pobreza que, por sua natureza, é interpretada como um iminente perigo social (COIMBRA, 2001, p. 95).

Segundo Foucault (1977), a partir do século XVIII assiste-se à disseminação dos mecanismos normalizadores e reguladores por intermédio dos quais o corpo humano e o campo social são analisados, esquadrihados e disciplinados a partir dos nascimentos das ciências humanas e sociais.

Além das teorias sobre a natureza perigosa do negro, mestiços e pobres em geral, os médicos também são os responsáveis por conceber a cidade como um espaço a ser higienizado, ordenado, reformado e disciplinado. Ainda para Foucault (1977), os médicos “foram os primeiros urbanistas, especialistas do espaço” que propuseram uma terapêutica para tratar das cidades e de suas doenças: miséria, insalubridade, desemprego, aglomerações, ruas estreitas, mal traçadas, mal pavimentadas, construções irregulares etc.

Aliadas à medicina, outras disciplinas – também surgidas/desenvolvidas no século XIX, como a sociologia, antropologia, psicologia, psiquiatria, estatística – são utilizadas para enfrentar esses “fenômenos urbanos”, tratados como inerentes às grandes cidades desde a sua crescente industrialização.

Destinadas à velocidade, pouco adequadas às pessoas, as ruas e as cidades reformadas – livres de uma certa “sujeira” humana, da diversidade e multiplicidade que as caracterizavam nos séculos

anteriores – tornam-se espaços de circulação, de passagem e não mais lugares de encontros (COIMBRA, 2001, p. 98).

Ao trazermos um pouco dos recortes das vivências no campo da assistência social, pensamos o que a prática *psi* pode e o que ela produz no cotidiano da produção do saber. Foucault (2008) faz questionamentos acerca da psicologia e do seu objeto e conceito:

[...] Não se trata propriamente de ser “contra” ou a “favor” do indivíduo, mas contra o governo da individualização, contra as formas de poder que se marcam pela identidade, atando o indivíduo a essa identidade. Segundo ele, a força dos estados ocidentais modernos decorre justamente de terem eles se desenvolvido como estruturas sofisticadas, nas quais os indivíduos podem se integrar, apenas, sob a condição de que suas individualidades sejam moldadas de acordo com certos padrões. Assim, pode-se entender o estado moderno como uma matriz de produção de subjetividade (FOUCAULT, 1995, p. 139).

Magalhães (2008) também nos diz que pensar dentro dessas referências implica não adotar uma teoria geral do sujeito, uma vez que não existe, propriamente falando, “o” sujeito como objeto natural. Mas colocar em análise os dispositivos por meio dos quais as subjetividades são engendradas, produzidas ou reproduzidas.

Assim, falar sobre as ruas consiste em falar sobre a vida, sobre modos de vida, sobre experiências que vão sendo tecidas além e aquém do fluxo de atendimento e da formulação da rede de assistência social. São vidas que ultrapassam os mapas extensivos e as instituições como o CAD e o CREAS. Um saber que exige um posicionamento ético, político e crítico na relação com esses sujeitos e com a política de assistência.

3.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Remontar a história da relação que mantivemos com a figura da criança e mais especialmente com a figura da criança constituída como pobre e “carente” diz respeito exatamente a pensar a assistência social e a educação das pessoas de pouca idade. Queremos dizer com isso que a criança foi sendo visibilizada ao longo da história pela sua suposta necessidade de educação e de assistência. Pretendemos, então, neste momento, nos defrontar com uma história que está amalgamada em um conjunto de práticas contemporâneas e que concorrem na reprodução de modelos, normas e modos de atenção à população jovem e pobre.

Rizzini (2011) traz importantes considerações sobre as políticas dirigidas à infância. A autora analisa que prevalece no Brasil a “necessidade” de controle da população pobre, vista como “perigosa”, a partir, especialmente, da “educação” das crianças. Historicamente manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e *menores* marginalizados⁶. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e jovens de qualquer natureza.

Rizzini e Pilloti (2011) nos fazem lembrar que o abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática bastante frequente até meados do século XIX, mesmo nos países considerados “civilizados”. As crianças eram deixadas em locais públicos, como nos átrios das igrejas e nas portas das casas. Foi

⁶ No Brasil, instituiu-se a “menoridade” e sua substância finalizada, o “menor”, de modo a apartar duas formas de pensar e, conseqüentemente, de cuidar dos meninos e meninas de pouca idade. Em contraposição à ideia de criança, advinda da “infância”, que é indefesa, inocente, que deve ser cuidada e educada, temos a ideia do menor, advinda da menoridade, que é perigoso, malicioso, vicioso, merecedor de punição.

assim que a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema de Roda no Brasil, um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas.

Na lógica do isolamento dos “desviantes”, a privação de liberdade por intermédio da institucionalização foi um dos meios empregados para segregar crianças pobres, autoras de atos infracionais, com deficiências e com transtornos mentais, entre outros tipos considerados como “incapazes”.

Na passagem do século XIX para o XX, juristas defendiam em congressos internacionais a ideia de um “novo direito”, com participação ativa da Europa, Estados Unidos e América Latina. Falava-se numa justiça mais humana, que realçava a “reeducação”, em detrimento da punição. As novas ideias foram logo transpostas para o caso dos “menores”, em parte porque, em termos penais, as fases da infância e da juventude chamavam a atenção (o aumento da criminalidade juvenil era fato documentado, na época, em diversos países); e, em parte porque, sob o ponto de vista da medicina e, mais tarde, da psicologia, vislumbravam-se novas possibilidades de formação do homem, a partir da criança. Na década de 1920, consolidou-se a fórmula Justiça e Assistência para os “menores” viciosos e delinquentes.

De acordo com Coimbra e Ayres (2009), em função de uma ausência de redes de apoio, o Código de Menores Mello Mattos, de 1927, era composto por uma forte aliança entre médicos e juristas sob o discurso de proteção/assistência.

Ao juiz de menores cabia intervir na vida da população infanto-juvenil para garantir sua proteção, calcada em “parâmetros morais e higienistas”. No período entre as duas primeiras legislações para crianças (1927-1979), surgiu o termo “menino de rua”, por intermédio dos meios de comunicação de massa, que reforçavam o estereótipo de que crianças em situação de vulnerabilidade social eram perigosos e potenciais inimigos do restante da população.

Em 1979, entrou em vigor o Código de Menores Reformulado, caracterizado pelo entendimento de que existiam situações “irregulares” na realidade infanto-juvenil que precisavam ser controladas com internações em massa. Embora o referido código tenha incorporado avanços em relação à legislação anterior, ele manteve as conotações estigmatizantes de crianças e adolescentes pobres como “menores”, o que ampliou de forma considerável o número dos estabelecimentos responsáveis por abrigar de forma desumana as crianças pobres (COIMBRA; AYRES, 2009).

Tais crianças eram objetos de vigilância por parte do Juizado de Menores e da polícia, classificados de acordo com sua origem e história familiar e, normalmente, encaminhados para as casas de correção ou as colônias correcionais, onde deveriam permanecer em seção separada dos adultos, resolução nem sempre obedecida.

Nesse contexto de vigilância de “menores” classificados como viciosos e delinquentes, podemos visualizar a prática de demarcação entre o normal e o anormal em torno da infância. Foucault (1977) nos diz que a normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, depois em procurar tornar as

peçoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz.

Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o anormal e o normal, é a norma. Faz-nos pensar ainda que essa classificação apresenta um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis.

Vemos, então, que os defensores da reeducação dos menores propuseram a criação de estabelecimentos especiais para essa população, visando reeducá-los através da formação profissional – as chamadas escolas de reforma, que começaram a ser criadas no período posterior ao Código de Menores Reformulado. Reduzidos de suas histórias, vozes, afetos, desejos, direitos e do convívio social, as crianças e jovens eram expostos a condições que legitimavam a concepção de infratores que precisavam ser separados da sociedade.

O movimento nacional de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes vislumbrou maior êxito na década 1980, quando influenciou a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), a partir da emenda popular denominada “Criança, Prioridade Nacional”, que incluiu na Constituição de 1988, o texto do Artigo 227 (BRASIL, 1988), segundo o qual cabe à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade para com os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Esses direitos são reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), orientado pelo paradigma da proteção integral, que considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, cujas prioridades compreendem: (a) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; (b) a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; (c) a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e (d) a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Balizado pela doutrina da proteção integral, também entendida como um conjunto de medidas específicas de proteção, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) assegura direitos aos adolescentes que praticam ato infracional e sobre os quais podem incidir medidas socioeducativas. Em todas elas resguardam-se o cunho educacional e a importância da preservação de vínculos sociais e comunitários dos adolescentes, além da garantia de direitos fundamentais e do acesso a bens socioculturais, de convivência familiar, respeito e dignidade.

Ultrapassa-se o modelo de política que visa à institucionalização compulsória das crianças e jovens em situação de rua. A partir da nova doutrina de proteção integral, o objetivo tanto do Estado, quanto da sociedade civil deve ser o de promover o retorno dessas crianças e jovens às suas famílias, direcionando o olhar sobre crianças e adolescentes como sujeitos de direito e como prioridade absoluta perante o Estado.

Contudo, a rua traz diferentes desdobramentos e atravessamentos, que produzem trajetórias de vidas singulares, e fala da resistência da infância talvez como *experiência em ruínas*.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003 (BRASIL, 2004). A PNAS define o modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A NOB/SUAS (BRASIL, 2005), aprovada em 2005, pelo CNAS, apresenta os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a implantação do SUAS em 2009, os serviços socioassistenciais são organizados de forma descentralizada. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS), que apresenta claramente as

competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Segundo as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005), a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, da privação (entendida como ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, sejam eles relacionais ou de pertencimento social, sendo considerada a combinação de diversas características da população (infraestrutura de moradia, renda per capita, anos de escolaridade, presença de crianças, idosos e/ou deficientes) para compor a Taxa de Vulnerabilidade de determinado território.

Com os avanços obtidos pela Política de Assistência Social, entende-se a vulnerabilidade e o risco envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua como situações complexas e multifacetadas que exigem respostas diversificadas, alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais operam contribuições construídas coletivamente, e não apenas por intermédio do mero envolvimento individualizado de técnicos de diferentes especialidades (BRASIL, 2011).

Não se trata aqui de um convite para olharmos as *formações históricas*. Foucault (2010) inicia uma discussão do que seria a “crítica”, expondo que a virtude crítica é justamente uma atenção ao presente, ao que nos passa, e como nos vinculamos aos acontecimentos. Desse modo, trazemos as práticas históricas para pensarmos como a elas nos engajamos e como rompemos com elas no presente. Mais do que isso, como nos atentamos para os acontecimentos, para o que se passa no presente, quando vivenciamos

discussões acerca da redução da idade penal, que nos faz pensar sobre nossas implicações com as práticas *menoristas*.

Intentamos rememorar o passado não para encontrar nele algo perdido, mas para pensarmos em novas lutas e novos encontros com o judiciário e a política de assistência social. Desse modo, problematizamos temáticas como o recolhimento de crianças em serviços de ‘Acolhimento Institucional’ e a redução da idade penal no intuito de desnaturalizarmos práticas em torno de meninos e meninas em situação de rua, apostando nas singularidades que podem vir de qualquer lugar que se forje livre.

3.2 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO DIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE (CAD)

Ao vivenciarmos o funcionamento do Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente (CAD) no ano de 2009, surgiram muitas inquietações e angústias no decorrer dos acolhimentos/atendimentos a crianças em situação de rua. No decorrer das reuniões, os profissionais se questionavam acerca do que aquelas crianças/adolescentes falavam sobre, por exemplo, a participação nas oficinas e os atendimentos psicossociais, e também se refletia constantemente sobre a atuação dos profissionais e sobre a rotina do equipamento com as crianças.

Havia momentos em que os meninos desejavam dormir no espaço. Porém, o serviço não previa o pouso noturno deles. Após muita discussão em torno da possibilidade de dormir no espaço, concluímos que o momento do sono contribuía para a melhoria nos aspectos voltados para a saúde mental das

crianças, e também, construía-se o fortalecimento do vínculo com aquela criança, que acordava mais “leve”.

Entre outras atividades ofertadas no espaço, a oficina de músicas era uma das oficinas na qual havia uma presença marcante dos meninos, sendo produzidas letras de hip hop e cuja criatividade e liberdade de expressão eram valorizadas naquele contexto.

Se houvesse o desejo, a criança/adolescente poderia tomar banho no espaço. Durante a ida para a dita higienização, as conversas anunciavam as histórias sobre as vivências nas ruas, sobre os medos, perigos, romances, envolvimento e experiências. Presenciar a roupa velha e o despedaçar de suas vestimentas era dar significância ao nível de batalhas e lutas visíveis em suas trajetórias. Na higienização apareciam cachimbos e o que não era dito nos atendimentos psicossociais poderia ser visto nos vestígios e materiais de usos pessoais que eram deixados na casa.

Durante as oficinas, os atendimentos, as conversas debaixo das árvores, surgiam falas que anunciavam as afetações dos meninos e meninas com o movimento da cidade. Um mundo de relações e possibilidades vivenciadas nas ruas, relações que desbravam territórios. A presença desses meninos nas ruas desloca os outros atores urbanos a outros olhares.

Sendo assim, acreditávamos que os diálogos e, sobretudo, a escuta, possibilitava o fortalecimento dos vínculos e potencializava as trajetórias de vida dos meninos e meninas. Percebeu-se que o funcionamento desse espaço se fazia através da relação política e ética de todos que circulavam pelo CAD. O trabalho era caracterizado pela micropolítica dos afetos, desejos e vínculos.

Assim, também acontecia que o sumiço dos meninos e meninas das atividades oferecidas pelo projeto do CAD fomentava na equipe o sentimento de insegurança quanto à vida das crianças, por entender a rua como lugar do perigo e da vulnerabilidade. Nesse contexto colocado, verificava-se uma intensificação da política da proteção social especial. Crianças em situação de rua são marcadas como sujeitos vulneráveis, passíveis de qualquer envolvimento em situações de risco.

Baptista (2012) nos faz pensar sobre a complexidade que envolve a cidade e subjetividade. Escutar esses meninos e meninas também nos permitiu acessar as *intensidades* da rua, da cidade e as subjetividades anunciadas nas vivências com a cidade. Entender o que se passa no “estar nas ruas”. Quais movimentos operam na cidade? Quais vozes são silenciadas na cidade? Quantas outras batalhas são convocadas para a sobrevivência na cidade?

A luta de uma mãe na busca pelo filho nas ruas. A luta de um filho que não encontra afetos em sua família. A luta de um filho que consegue voltar para sua casa, mas, não consegue encontrar afetos em sua família. São acontecimentos que compõem as trajetórias de vida dos sujeitos nas ruas. A luta de uma mãe que não consegue viver se não for através da sua permanência nas ruas.

Lembramo-nos do menino que se fazia visível na rua por conta das suas aventuras e coragem diante dos acontecimentos que lhe rodeava. Era conhecido como o menino que manobrava a rede. O menino que sumia e deixava vestígios. O menino que anunciava sua luta pelo pertencimento familiar. Sua mãe achava importante um quarto para ele. O menino achava importante a presença da mãe. Contudo, a mãe precisava trabalhar. Quando

ela retornava, o menino já não estava lá. A dinâmica familiar era marcada por esse movimento de ida e vindas às ruas. Um dia, o menino não voltou mais para casa. Esse menino conhecido pelas suas astúcias e coragem foi morto num atropelamento na cidade. A rua permite trajetórias dinâmicas e singulares, mas também muitas capturas. Num piscar, num movimento acelerado do menino, ele foi *pego*... O menino tornou-se invisível, mas não foi silenciada sua coragem e sua luta pelo pertencimento social, pois aqui estamos nós, contando suas peripécias...

Trazemos a cidade e seus enredos, no intuito de fomentarmos pausas diante dos movimentos acelerados que nos capturam no cotidiano. Trazer os processos de subjetivação que levem em conta a dimensão da dinâmica dos diversos atores, seja o pesquisador, o psicólogo, o assistente social, a criança, os familiares, é “lançar um campo de coerência e se colocar no interior deste campo de coerência” (LOURAU, 2004, p. 216).

A psicologização das emoções se estende ao tempo biográfico dos diários povoados de segredos. Escritos nos quartos tentam amenizar as dores do passado ou as angústias do futuro incerto. Literatura repleta de eus, de si mesmos, úmida, à procura de verdades enunciadoras de um sujeito grudado ao espelho, pesquisando suas preciosas emoções secretas. Lágrima fácil transforma-se em banalidade. A profunda, encontraremos na intimidade que reedita a ascese exercitada no isolamento das antigas celas monásticas. Expor-se é perigoso. O outro a desvendar segredos, enigmas e sintomas, invadindo espaços íntimos do conhecimento, ganha a pecha de intruso. A alteridade, alijada do conhecimento de si, traduz em estranhas ou exóticas as presenças alheias ao eu. Os mistérios da alma, situados no âmago das personalidades, tornam intransponível e incomunicável o mundo interno. A turbulência do espírito converte tal mundo em solitário fetiche. A indiferença ao diverso começa a ganhar novas forças. A luz das catedrais, inspiradora do “guarda-chuva” em ferro e vidro do prefeito francês, amplia o raio de ação, penetrando nas profundezas do espírito. O lado de fora dos corações e mentes converte-se em deserto (BAPTISTA, 2012, p. 56).

A rua trazida pelos meninos em situação de rua dentro dos CAD e CREAS torna-se um mundo diverso ou multiverso. As vivências do dia anterior se dissolvem com tamanha intensidade. O novo dia já está carregado de novos tempos. Estar nesses espaços possibilitou trilharmos novas travessias. Dar significância ao que se passa e rumo aos desejos. Estranhar-se com os movimentos e impasses possibilitou reinventarmos o saber e desmanchar as certezas. Uma escuta comprometida e olhar atento ao campo sensível. A escrita transdutiva diz dessa atenção ao transitório e ao vívido dentro e fora dos espaços.

Entendemos que, no espaço do CAD, possibilitamos que esses meninos e meninas falassem de suas vidas, seus sonhos, angústias e medos, sendo potencializados como autores de sua própria história. O CAD ainda persiste na memória dos meninos em situação de rua que buscavam esse serviço naquela época.

Hoje, os meninos falam de uma forma bastante sensibilizada e alguns ainda indignados com o fechamento daquele espaço tão acolhedor em suas vidas inquietantes. Aquela casa de três andares que remetia a um ambiente flexível, acolhedor, possibilitava calma e construção de laços afetivos, seja com os profissionais inseridos na casa, seja com outros meninos que circulavam no local. Havia uma importância e um cuidado presente no dia-dia daqueles meninos ao ocuparem cada ambiente da casa. Na entrada, o primeiro ambiente era uma sala onde havia um sofá, televisão e uma caixa com brinquedos, lápis, caderno. Neste ambiente, os meninos costumavam sentar-se no sofá, assistir televisão, manusear revistas e os materiais presentes no espaço. Alguns dormiam no sofá, outros chegavam e já decidiam por tomar um banho. Outros

chegavam no horário da oficina de hip hop. Outros chegavam no momento do lanche. E assim iam ocupando aquela casa. Nos fundos, onde havia o banheiro, suas roupas sujas, impregnadas dos odores da cidade, eram deixadas no tanque enquanto tomavam banho. Alguns decidiam por lavar no tanque suas próprias roupas. Do lado de fora, escutávamos suas composições sendo cantadas durante o banho. Enquanto lavavam suas roupas, fiávamos figurinhas. As aventuras, as andanças, as dores, os sentimentos eram colocados na conversa tricotada entre as roupas sujas e o suor de suas existências.

Todos os dias eram ofertadas oficinas de *hip hop* no CAD. Durante as oficinas os meninos soltavam suas vozes, falavam de tudo que os atravessava, uma combinação de frases surgia no momento que participavam juntos daquele momento. Juntava-se a composição das letras, passinhos, danças, risos, sons diferentes que faziam sem instrumentos na tentativa de imitar instrumentos. Naqueles encontros coletivos, suas lutas ganhavam força com a música, com suas composições, com suas vozes, com suas presenças e com o acolhimento de suas memórias. Havia uma identificação forte pelas letras de hip hop, escutavam as músicas e circulavam pelo espaço extravasando e colocando para fora sentimentos, músicas, palavras, composições livres tecidas no encontro com o espaço.

O clima no local era de leveza, de acolhimento, de lutas, de trocas, de experiências, de inventividade. As atividades eram pensadas com eles seja na oficina de argila, seja na oficina de hip hop, seja na conversa debaixo da árvore, seja na oficina de confecção de pipas. Na data comemorativa do dia das crianças, a complexidade da rua se transformou num pulo leve dado no

pula-pula, onde me vi caindo dentro da brincadeira junto àquela menina sorridente e feliz que dava pulos altos.

A pipa confeccionada, a argila mexida, as letras cantadas se desdobravam nas aventuras em série no local que fazia daquele espaço não mais um centro de atendimento dia – criança e adolescente, mas uma casa que proporcionava invenções em suas existências ditas perturbadoras.

3.3 DOS CAD AOS CREAS

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras.
(BENJAMIN, 1994, p. 229).

Importante situarmos historicamente e problematizarmos o percurso de implantação do Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente para posteriormente ser implantado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social marcados no contexto da Política de Assistência Social no município de Vitória.

O projeto do CAD apresentou-se como um serviço de acolhimento à criança e ao adolescente em situação de rua que atuou durante o período de 2008 a 2010 na perspectiva do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), um marco nas políticas públicas no Brasil, que rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalece o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

As intervenções eram direcionadas pelo contexto de vida de crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de rua, o que exigia um olhar atento à história de vida singular desses meninos e meninas. Acompanhar junto à complexidade de que consistem as vivências na rua e fomentar a inclusão desse público no atendimento das políticas públicas, que mesmo diante de uma política que visa à proteção integral encontra dificuldades e preconceitos ao lidar com as demandas apresentadas no dia-dia, não era tarefa fácil.

No contexto de consolidação do SUAS, encerra-se as atividades do projeto social denominado Centro de Atendimento Dia e implanta-se o serviço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no ano de 2010 em Vitória. Alinha-se uma nova configuração no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção social especial, especializados e continuados, gratuitamente, a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

Assim, vemos que o atendimento exclusivo ao público infanto-juvenil na assistência social passou a se dar unicamente no serviço do Acolhimento Institucional. Misturado à diversidade e complexidade de demandas do CREAS, o atendimento às crianças como acolhimento cotidiano distante da

institucionalização dissipou-se... Restou ali alguns poucos em
acompanhamento de medida socioeducativa...

4 CARTOGRAFANDO VIDA NAS VIOLAÇÕES

Começaremos contando o que encontramos quando buscamos dados relacionados com as práticas institucionais que fiam as redes de atenção à infância e juventude no Município de Vitória (ES).

Adentramos nos relatórios anuais que dizem sobre as práticas da assistência social no formato de números, quantitativos de violações e modos institucionais que envolvem os registros de gestores, trabalhadores, usuários e a rede de acolhimento ao público de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

Visualizamos, nos relatórios, as experiências micropolíticas e macropolíticas que anunciam as diretrizes da política de assistência social e que gestam a política através dos trabalhadores da assistência social e da rede que se tece junto aos usuários.

Ao fazermos a leitura dos escritos nos relatórios, lembramo-nos, de nossa inserção no campo da pesquisa junto ao processo de escrita da dissertação e das experiências que constitui o corpo de relações no cotidiano do serviço de abordagem social.

Olhar bem de perto, de preferência com uma poderosa lente de aumento, o rosto, seus poros dilatados, e neles enxergar respiradouros, tubulações trocando ar com o exterior, correndo o risco de nem sempre cair numa corrente de bons ventos, os de maior propulsão, ventos furiosos, vitais, desses que destelham casas expondo a público nossos esconderijos, tocas em que nos amontoamos crédulos de que podemos barrar as adversidades (PRECIOSA, 2010, p. 71).

Desse modo, houve a tentativa da prática de um olhar bem de perto sobre o que se passa nos números e nos relatórios da assistência social. Notamos, no

relatório, um instrumento de avaliação utilizado como um guia para acompanhar as práticas e o trabalho realizado pelos profissionais dos CREAS que fazem parte da rede de proteção social especial de média complexidade.

Os dados cartografados se juntam às experiências e à inserção no campo da assistência social. Por mais frio que possam ser caracterizados os números, tentamos dar visibilidade às subjetividades anunciadas no cotidiano de acolhimento aos meninos em situação de rua através do que se constata nos atendimentos a esse público.

Por mais “instrutivo” ou informativo que seja o relatório, notamos que os encontros e vínculos ultrapassam os números e os procedimentos. As experiências percorrem paisagens imprevisíveis que exigem um corpo criativo e inventivo.

Inventar é movimentar-se no território radical do inesperado que nos desarticula completamente. E a própria figura humana experimenta um inevitável colapso, isso porque aquela subjetividade foi desacomodada daquele lugar que costumava habitar. Liberaram-se potências desconhecidas que lhe exigem outras referências signícas, outra geografia de sentidos por onde transitar. O inventor é um cartógrafo de terras ignotas (PRECIOSA, 2010, p. 75).

As violações, as histórias, a potência dos encontros com os meninos em situação de rua, o cotidiano da prática psicossocial dos trabalhadores da assistência social, a costura da rede e os afetos dizem de uma caminhada que se encontra atenta ao acolhimento dos sujeitos em territórios onde habitam multiplicidades e afetos.

O cartógrafo junta os elementos, como os números trazidos nos relatórios, e “mistura com outras composições que favorecem a passagem das intensidades

que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender” (ROLNIK, 2011, p. 66).

O cartógrafo prossegue com suas reflexões através de suas andanças na rede de atenção à infância e a juventude, aproximando-se das vidas dos meninos e meninas em situação de rua e acompanhando o cotidiano nos equipamentos da assistência social como os CREAS e também se inserindo na 1º Vara da Infância e Juventude de Vitória.

Surpreendidos com o esvaziamento das ruas no que se referia às crianças, arriscamos sondar o quantitativo de jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MS) e também absorvidos pelo Serviço de Acolhimento Institucional como Medida Protetiva (MP) entre os anos de 2012 e 2015.

Dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, primeiro percorremos a Gerência de Média Complexidade (GMC) na busca dos dados. O que encontramos foram dados que nos mostram a invisibilidade quanto ao público infanto-juvenil no município de Vitória. Isto porque, os dados falam de pessoas abordadas, não sendo possível visualizar o quantitativo de crianças e adolescentes nas abordagens à população em situação de rua. Os jovens comparecem isoladamente nos números apenas no que diz respeito às medidas socioeducativas.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS	NÚMERO DE INDIVÍDUOS POR VIOLAÇÃO			
	2012	2013	2014	2015
Situação de rua	246	34	256	309
Liberdade Assistida (LA)	416	179	207	-
Prestação de serviço à comunidade (PSC)	160	65	146	-
LA/PSC	63	33	45	291

A invisibilidade de crianças e jovens nos dados que dizem sobre a população de rua, as falas dos profissionais acerca da ausência deles nas ruas, e mesmo nossa própria experiência junto com os profissionais do SEAS no processo de pesquisa de não encontro com crianças e jovens, nos causaram estranheza. Diante do recrudescimento de propostas de redução da idade penal “como mais um clamor social por punição em meio às práticas morais duras de julgamento e de culpabilização que produzem subjetividades engajadas numa lógica social que busca a manutenção de instituições forjadas na modernidade” (SILVA; TAVARES, CAPELINI; ARAGÃO, 2016), podemos pensar tal invisibilidade como de fato uma ausência que se processa como agravamento da institucionalização do público infante-juvenil. Os jovens se encontrariam, assim, nas unidades de internação (MS) e nos Acolhimentos Institucionais (MP), quando não inseridos nos CREAS pelas LAs e PSCs, ainda que não estejam frequentando rigorosamente os serviços (uma vez que os profissionais dos CREAS atendem uma enorme variedade de situações e não deem conta da fiscalização das medidas e, nem mesmo, de sua realização). Isto explicaria a presença específica do público infante-juvenil nos dados contidos nos relatórios anuais da GMC.

No ano de 2009 e 2010, quando inserida no serviço de abordagem social da Prefeitura de Vitória, pude estar próxima de uma realidade onde havia bastante crianças e jovens nas ruas, alguns em situação de mendicância, outros em situação de trabalho infantil, outros morando nas ruas com seus grupos familiares.

Em alguns bairros, como o Centro de Vitória, identificávamos um grupo significativo de jovens em situação de rua. Nos bairros como Praia do Canto e Jardim da Penha, também havia grupos de jovens que viviam nas ruas.

No contato com os meninos em situação de rua, víamos a dureza em algumas das circunstâncias vivenciadas como situações de agressões, de ocupação de seus espaços sendo marcadas por lutas intensas. O próprio deslocamento constante desses sujeitos de um bairro para outro se dava também em função das violências vivenciadas.

No trajeto da pesquisa, identificamos alguns daqueles meninos, que hoje se tornaram adultos, e continuam suas vidas nas ruas. Também tivemos notícia do falecimento de alguns dos jovens que conhecemos naquela época.

Veio à tona a lembrança do jovem que ficava nas proximidades da Ponte Seca, no Centro de Vitória. Esse menino fazia uso intenso de drogas. Iniciou sua trajetória na rua aos seis anos de idade. Devido aos furtos cometidos ficou durante dois anos internado na Unidade de Internação Provisória (UNIP). Sua mãe era atendida no CREAS. Falava da sua expectativa quanto ao retorno do jovem para casa após a finalização do cumprimento da medida.

Foram dois anos de atendimento e acompanhamento daquela família no CREAS. A mãe temia quanto ao retorno de seu filho para as ruas, sabia que talvez seu filho não conseguisse permanecer em casa por conta da sua longa trajetória na rua.

Finalizado o cumprimento da medida, o menino sai da UNIP e retorna para sua casa. Sua mãe havia preparado o quarto que o jovem exigia e nunca teve. A família estava disposta a acolhê-lo no seu ambiente familiar. Após ter ficado durante uma semana em casa, o jovem retorna para as ruas. Estávamos no CREAS, quando fomos informados de sua morte. Diziam que o menino teria sido atropelado por um motoqueiro, o que o levou à morte. Contudo, nos perguntávamos sobre o que de fato levou a sua morte. *Seria mais um adolescente em situação de rua assassinado por conta da sua existência considerada perturbadora e perigosa?*

Sabíamos que o jovem fora ameaçado naquela região para onde o mesmo resolveu retornar. Na época, foi ameaçado por conta de conflitos vivenciados naquele território. Sua mãe falava das ameaças sofridas por conta das dívidas de seu filho quanto ao uso de drogas e também pela visibilidade do jovem devido à concentração da população em situação de rua no local. Na época, chama-se a região de *Cracolândia*, sendo o local alvo constante de violência e tentativa de higienização devido à permanência de parte da população em situação de rua no local.

Outro ponto a ser levantado se refere ao Acolhimento Institucional. Nesse período, entre os anos de 2009 e 2010, raramente viam-se esses meninos sendo inseridos em abrigos como hoje é tão recorrente nas práticas do

judiciário e da rede de atenção à infância e à adolescência. Desse modo, nos perguntamos sobre as práticas atuais voltadas para esse público, sobre as andanças desses meninos na cidade, sobre os vínculos e afetos que são construídos junto às redes, aos grupos e a esses sujeitos.

A análise se estende sobre os modos *psi* que estão sendo naturalizados e as produções e pareceres que indicam o acolhimento institucional desses meninos e meninas em situação de rua.

Adiante arriscaremos alguns rabiscos junto às perguntas sobre o acolhimento institucional desses meninos. No contexto atual, o abrigo ser uma prática tão recorrente nos traz indagações e problematizações.

Entendemos que a maioria daquelas crianças e jovens que no decorrer dos anos de 2008 e 2009 eram acompanhados pelo Centro de Atendimento Dia Criança e Adolescente, hoje se tornaram “adultos”. Alguns continuam em situação de rua, alguns foram mortos no percorrer dos trajetos, alguns, os serviços não têm notícias. Outros continuam sendo acompanhados pelos CREAS e pelo Centro Pop. E continuamos nossas perguntas, e os novos meninos e meninas em situação de rua, onde estão?

4.1 CAMINHANDO NO TERRITÓRIO DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Para dar continuidade no levantamento das práticas que incidem sobre os meninos e meninas em situação de rua, realizamos uma busca sobre as medidas protetivas aplicadas pela 1ª Vara da Infância e Juventude de Vitória – VIJV.

Como podemos visualizar no quadro abaixo, são diversos os fatores descritos nas guias de acolhimento da VIJV que levam à tomada de decisão acerca das medidas de proteção no município de Vitória.

Os múltiplos fatores trazem visibilidade das relações que são estabelecidas entre os sujeitos, seja no contexto familiar ou em outras circunstâncias da vida, e anunciam os modos de subjetivações que estão sendo instituídos a partir da tomada de decisão jurídica pelas medidas de proteção. Também acrescentamos no diário de campo, as relações institucionais visíveis e invisíveis e que nos fazem narrar sobre os modos relacionais vigentes entre sujeitos, equipamentos, instituições e órgãos, tais como, os Conselhos Tutelares, Juizados da Infância e da Juventude de Vitória e trabalhadores da assistência social junto ao público de crianças e adolescentes em situação de rua.

Importante situarmos que os dados expostos abaixo foram coletados por meio do levantamento realizado nas guias de acolhimento de crianças e adolescentes acompanhados na 1ª Vara da Infância e Juventude de Vitória.

MEDIDA PROTETIVA	ANO/ Nº DE CASOS
Acolhimento institucional Motivo: Negligência	2015 – 14 casos 2014 – 12 casos
Acolhimento institucional Motivo: Responsável cumprindo pena privativa de	2015 – 2 casos

liberdade	
Acolhimento institucional	2015- 4 casos
Motivo: Risco de vida na comunidade	2014 – 3 casos
Acolhimento institucional	2015 – 15 casos
Motivo: Situação de rua	2014 – 11 casos
Acolhimento institucional	2015 – 2 casos
Motivo: Transferência de outro abrigo	2014 – 10 casos
Acolhimento institucional	2015 – 3 casos
Motivo: Conflitos no ambiente familiar	2014 – 2 casos
Acolhimento institucional	2015 – 3 casos
Motivo: Em razão da conduta	2014 – 2 casos
Acolhimento institucional	2015 – 6 casos
Motivo: Abuso físico ou psicológico contra a criança ou adolescente	2014 – 1 caso
Acolhimento institucional	2015 – 3 casos
Motivo: Abuso sexual/ Suspeita de abuso sexual	2014 – 2 casos
Acolhimento institucional	2015 – 4 casos
Motivo: Abandono pelos pais ou responsáveis	2014 – 4 casos
Acolhimento institucional	2014 – 4 casos
Motivo: Pais ou responsáveis dependentes químico ou	

alcoolidas	
Acolhimento institucional Motivo: Carência de recursos materiais da família ou responsáveis.	2015 – 1 caso

Sabemos que muitos desses meninos e meninas, que se encontram em acolhimento institucional, fogem com certa frequência. Em 2010, acompanhamos três irmãos que apresentavam um histórico longo de situação de rua, sendo o ambiente familiar caracterizado por brigas constantes. A Justiça identificava “negligência” dos pais em relação às crianças. Sendo assim, recebiam constantemente medida protetiva de acolhimento institucional.

Durante a realização do monitoramento sobre os bairros de Vitória, encontrávamos os três irmãos dentro dos ônibus, quando eles acenavam para a equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social que tinham fugido do abrigo.

Nos encontros com os três meninos, relatavam sobre suas aventuras e riam de suas próprias fugas do acolhimento institucional. Estes irmãos tinham outra irmã, sendo essa última a mais velha, que ficava em situação de rua com mais frequência. As fugas dos três irmãos do acolhimento institucional tinham caminhos traçados. Desejavam o afeto e o encontro com sua irmã mais velha, precisavam vê-la e serem alimentados pelo afeto entre eles.

Sua irmã pedia para que os mesmos retornassem para o abrigo, e assim, depois de um período nas ruas, retornavam para o abrigo. Quando os víamos

na rua era visível o sorriso estampado no rosto. Desnaturalizavam a ideia do risco dada à infância na rua. Encontrávamos os três irmãos nas praças, ora brincando nas quadras junto a outras crianças, ora desbravando outros territórios. Sempre perto do local onde estava sua irmã mais velha.

Era possível ver a forte aliança que se construía entre eles. A irmã mais velha continuava sendo referência mesmo após o distanciamento que o acolhimento institucional proporcionava entre eles. Suas fugas se davam após a decisão de saírem juntos. Era possível encontrar os três sempre juntos. Suas andanças eram sempre juntas. Ao decidirem pelo retorno para o abrigo, acionavam a equipe de Abordagem Social para levá-los de volta para o acolhimento institucional. Em outros momentos de evasão, se deslocavam até o Conselho Tutelar e pediam para voltar para o abrigo.

Ao evadirem do espaço de acolhimento estavam se aventurando ao ponto de saberem que o retorno para o abrigo era imprevisível. Era colocado para eles que não poderiam sair da instituição por conta do dito risco e vulnerabilidade que o levaram a tomada da medida protetiva direcionada para o acolhimento institucional. Contudo, sabiam que ao evadirem tinham a certeza da garantia do cuidado e proteção ao encontrarem com sua irmã mais velha. Era preciso colocar em cena esta experiência de afeto, cuidado e proteção entre estes irmãos para pensar e ampliar o cuidado no sentido de não reforçar medidas punitivas que incidem constantemente sobre estes sujeitos que vivem nas ruas e que fogem de modelos hegemônicos instituídos na sociedade contemporânea.

Nos dias de hoje, a cena que resultou nas constantes fugas dos três irmãos pode ser acompanhada da música “Três irmãos”, uma canção tradicional francesa, adaptada em português por Fausto Nilo e interpretada pelos cantores Fagner e Zeca Baleiro. A canção nos faz pensar sobre como as experiências junto às andanças desses meninos anunciam lutas contra as práticas de captura da vida a um só modo de existência. O quanto se assassina vidas ao tomarem medidas que se tornam punitivas na vida deles, desencadeando nas práticas de fugas. Por isso, a importância do acolhimento como possibilidade de construção de uma experiência. Um acolhimento que só pode acontecer com a escuta, com o encontro, com a abertura ao outro, com a conversa que não vem de formato pré-estabelecido em que previamente se rotula os sujeitos e seus desejos.

*Três meninos três irmãos
Indo pra escola na periferia
Na alvorada os três irmãos
Indo pra escola na periferia
Chegando perto da marginal
Era só o que se ouvia
Outros meninos três irmãos
São procurados na fotografia
Não vá pra perto da cidade
Aquela voz falava assim
Não vá pra perto da cidade
Ser prisioneiro feito passarim
Passaram perto da cidade
E foram presos feito passarim*

*E antes das cinco dessa mesma tarde
Assassinados no chão de capim
À noite na televisão
O irmão mais velho lá no campo ouviu
No rádio e no telejornal
O irmão mais velho lá de longe ouviu
No seu corcel ele pegou a estrada
Bradando aos céus dizendo assim
Da lua da sela do seu cavalo
Bradou aos céus dizendo assim
Ô injustiça ô injustiça
Por que mataram meus irmãos
Ô injustiça ô injustiça
Por que mataram meus três irmãos
Juiz malvado ô mal juiz
Fizeste um falso julgamento
Juiz malvado ô mal juiz
Por que fizeste falso julgamento
Eu vou fazer um monumento
E dentro dele o céu azul
Eu vou fazer um grande mausoléu
E dentro dele todo o céu azul
Vou acender uma fogueira
Onde os malvados queimarão
Vou acender grande fogueira
Pra iluminar meus três irmãos
Só três meninos três irmãos
Indo pra escola na periferia
O tempo já levou a estrada
A madrugada e a casa vazia*

(Raimundo Fagner & Zeca Baleiro, 2003).

Transcorrem sobre esses meninos o risco e a vulnerabilidade quando estão nas ruas. Assim vemos a violação de direitos “situação de rua” como um dos principais motivos para a aplicação da medida protetiva de recolhimento em espaço de “acolhimento” institucional, seguido, paradoxalmente e ironicamente, do motivo “transferência de outro abrigo”.

Tentamos desnaturalizar práticas como essas que incidem sobre a higienização das ruas e trazem enquadramento sobre os modos de vida. Desse modo, cartografamos a potência da experiência que mobiliza e transforma esses meninos e a política de assistência social, sendo tecida pelas narrativas aqui trazidas.

Era preciso repensar a medida protetiva que atravessava a história dos três irmãos de uma família dita com vínculos familiares rompidos e problematizar seus efeitos nas experiências trazidas por eles ao fugirem do abrigo. Era preciso trazer o sentido do acolhimento no encontro desejado pelos três irmãos com sua irmã mais velha e suas andanças nas ruas, que nos diz sobre o não acolhimento dos desejos das crianças nos diversos equipamentos sociais e de justiça que os levaram ao abrigo.

A noção do vínculo familiar em cena na história dos três irmãos fala de uma política de proteção que precisa repensar suas afirmações e naturalização da família pobre como negligente. Como se a família pobre nascesse com a incompetência para cuidar dos seus entes, dita por muitos.

Ayres (2002) nos indica que a tônica dessas afirmações se centra na culpabilização das famílias pobres, mesmo que reconhecendo as condições de miserabilidade. Tais discursos, se não interrogados, levam o leitor a admitir e responsabilizar as famílias e suas formas alternativas de sobrevivência como fracassos individuais.

O paradoxo existe quando visualizamos a inserção no acolhimento institucional de três irmãos que mostram seus vínculos fortalecidos pelo encontro, pela proximidade entre eles e ao mesmo tempo fragilizados pelo distanciamento proporcionado pelo acolhimento institucional.

Arantes (1995) refere-se à condição da família excluída, ou seja, tutelada, e nos faz ampliar o olhar sobre as crianças institucionalizadas.

[...] crianças nas ruas ou separadas em diferentes lares e internatos, mães solteiras ou distantes geograficamente de seus companheiros, pais ou mães desempregados ou internados em hospitais ou encarcerados em presídios, e na grande maioria das vezes, a própria condição de existência e sobrevivência das famílias pobres no Brasil (p. 216).

O que dizer do motivo “carência de recursos materiais da família ou responsável”, quando tal fator é expressamente descrito, no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), como algo que não pode ser utilizado como motivo para a medida protetiva de recolhimento, uma vez que a família de origem deve ser beneficiada pelo Estado como o espaço de cuidado da criança?

5 AO ENCONTRO DOS ACONTECIMENTOS

5.1 MENINA CLARA

Essa história começa em um chão não firme em meio às andanças em territórios, espaços que trazem trajetórias como a de uma menina que nos clareia o caminho e nos leva a encontros inimagináveis. Em meio àquele chão árido de incertezas, surgiam frutos como as perguntas de como narrar o encontro com a menina que nos esperava com um sorriso estampado no rosto.

Clara mirava o mundo com seus olhos de jabuticaba. De longe, sabíamos que era ela. Clara nos acolheu com seu olhar e sua espontaneidade. Clara falava sem mistérios, sua vida era clara. Nosso encontro disparava o desejo de conhecê-la. Clara dava significância ao nosso desejo. Permitia que entrássemos no seu mundo. Nosso mundo estava aberto ao seu mundo. Sabíamos que fazíamos parte de seu mundo. Estávamos no mesmo território existencial. Clara trazia o modo juventude de ser com astúcia nas suas escolhas e posições. Fugia dos modelos que tentavam capturar sua vida. Aprendia com suas relações. Pedia opinião quando falava de seu relacionamento. Clara era certa, sabia o que fazia bem e o que seria ruim em sua vida. Tentava tornar-se clara diante de suas fragilidades.

Em nosso segundo encontro, o silêncio fez-se presente. Clara parecia organizar um mundo de informações que movimentava seu pensamento. Soltava um riso. Naquele dia, tinha realizado várias andanças na rua. Clara estava cansada. Mesmo diante de seu silêncio, pediu que retornássemos no dia seguinte para continuarmos nossas conversas.

No terceiro encontro, Clara transparecia-se perplexa diante da nossa presença. *Que bom que vocês vieram.* A conversa pegou a gente de surpresa quando percebemos que já estávamos próximo do horário do almoço. Falávamos de humor, Clara falava que ficava de mau humor quando estava com fome. Também tricotamos sobre os momentos das oficinas. Clara costumava participar das oficinas. Gostava de conversar com outros jovens sobre as temáticas colocadas. As experiências dos outros tinham importância na sua caminhada e tomada de posições. Os encontros somavam-se às suas experiências de vida. Aquela cena do nosso encontro se tornava visível a partir das experiências compartilhadas. Clara nos acompanhava em todo o percurso da pesquisa. O seu modo juventude de ser nos contagiava. Uma relação de amizade se fez presente. A cada encontro Clara brindava a nossa presença.

Clara trazia suas experiências numa conversa que se dava sem roteiros. O encontro se desdobrava nas cenas da rua, da sua família, dos seus amigos, das nossas afetações. A rua estava presente no ambiente do CREAS através não somente da sua presença que remetia às experiências da rua, mas também, do nosso encontro em busca das narrativas infanto-juvenis sobre a rua.

Clara, jovem, filha de uma adulta que vive nas ruas. Diferente de sua mãe que não se vinculava com os serviços da assistência social, Clara era puro vínculo. Diferente de sua mãe que vivia um relacionamento acomodado onde permitia ser violentada pelo companheiro, Clara se movimentava, se incomodava e demonstrava resistência aos modos doentios.

Clara era corajosa, enraizada no cotidiano da rua, onde os conflitos constituem suas batalhas cotidianas.

Sua vaidade mostrava sua singularidade naquele espaço de multiplicidades. Seu caminhar no espaço era de calma. Perguntávamos onde estava a jovem. Seu passo era sutil, discreta em suas saídas. Clara já estava em outras andanças. O Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) era seu território explorado nas tardes. Antes de chegar no EJA, lutava contra o sono após o almoço, se arrumava e em seguida sua caminhada tinha outro destino, a escola.

Em nossos encontros, a Menina Clara falava de suas batalhas cotidianas, colocando em cena situações de agressões como as envolvidas na rua que trouxeram desconfiança com pessoas que antes considerava parceiros e amigos quando estava morando nas ruas.

Eram constantes os momentos de agressões entre os próprios moradores na rua. Muitas das suas idas ao CREAS Bento Ferreira, se dava após os conflitos vivenciados nas ruas. Clara precisava de dar pausas, e o CREAS era o espaço onde a jovem podia se fortalecer e ser potencializada.

Havia amizades fortes construídas na rua, mas também havia perdas de alianças. Era preciso ter coragem para enfrentar as adversidades surgidas no contexto da rua, sendo necessário, em algumas circunstâncias, migrar em direção a novos territórios para a sobrevivência e para a construção de novos vínculos.

Menina Clara conseguia ser forte diante das fragilidades e agressões no seu contexto familiar, mostrando que é possível construir uma vida com posições de resistência às violações.

A Menina Clara clareava a rua com suas batalhas cotidianas e seus enfrentamentos, desconstruindo toda escuridão dada ao caminho percorrido pelos sujeitos que escolhem a rua como moradia.

A rua para ela tem sentidos livres, múltiplos, historicamente construídos e reconstruídos por um coletivo de sujeitos, circunstâncias e territórios.

O período de maior tempo longe da rua foi quando a jovem ficou internada numa clínica para tratamento de dependência química.

Clara reconstruía vínculos antes perdidos, buscava laços afetivos com sua avó, visitava-a apesar do constrangimento de ser considerada invisível ao chegar na portaria do prédio, onde morava parte de sua família, sendo ignorada a sua presença.

Houve avanços na construção do vínculo familiar com a avó. Com o seu pai, não houve avanços na busca do fortalecimento familiar, apesar das expectativas da jovem e dos técnicos que a acompanham.

Lembro-me, de forma afetuosa, em nosso encontro, da expectativa de Clara pelo encontro com um tio, filho de sua avó materna. Clara gostava bastante desse tio. As primeiras palavras de Clara em nosso encontro foram sobre a possível presença do seu tio no atendimento agendado para aquela data no CREAS. Aquele seria o terceiro encontro agendado para um possível encontro com o seu tio. Mesmo diante da ausência dele nos encontros agendados, Clara

tinha esperança de ser concretizado um encontro. Em nossas conversas anteriores, Clara não trazia sua família para o encontro. A jovem trazia sua vida em seu cotidiano, seja com a rua, seja com os equipamentos da assistência social, seja com suas relações amorosas, suas parcerias na rua.

Talvez aquele encontro tenha nos pego de surpresa, a cena se direcionava para algo que poderia ser de uma tamanha intimidade que traduziria em expor seu relacionamento familiar. Uma relação de amizade se fazia presente quando desejávamos compartilhar aquelas histórias.

Apostas eram dadas na construção do vínculo familiar. Contudo, Clara anunciava que achava que seu tio não iria comparecer. *“Acho que ele não vem. Quando eu ficava na casa da minha avó, ele fazia de tudo para eu voltar a morar na rua...”*

Seu tio não gostava quando Clara ficava na casa de sua avó. Tecíamos um encontro atravessado por suas expectativas, frustrações e tensões. E a jovem certa, acertou. Seu tio não compareceu. E assim, pensávamos nas apostas dadas ao vínculo familiar que trazem expectativas e frustrações. O fio instável de uma possível presença produzia incômodos pela incerteza.

Percebíamos seu corpo tenso, ansioso e afetuoso na espera do possível encontro. A conversa possibilitou colocar em cena a insegurança acerca do encontro que não tínhamos certeza se iria acontecer. A importância daquele encontro acontecer para Clara era nítida.

Clara era sinônimo de leveza e clareza diante da complexidade da vida, das violações e das trajetórias não lineares que incidiram sobre sua vida e sobre

sua dura rotina junto às instituições de acolhimento que percorria como o Conselho Tutelar, Vara da Infância, Centro de Atenção Psicossocial-Álcool e outras drogas, CREAS e Hospedagem noturna.

Durante um ano, Clara pernoitava na Hospedagem Noturna. Este equipamento acolhe pessoas que se encontram em situação de rua ou migrante, durante a pernoite. Pela manhã, às 06h, finaliza a pernoite no local. Sendo assim, cada um deve seguir sua rotina fora do espaço.

A jovem reclamava do horário tão cedo que tinha que acordar quando dormia na Hospedagem Noturna. Falava dos momentos que assistia televisão junto com outras pessoas que também iriam pernoitar na hospedagem. Gostava de assistir desenho. Contudo, no local, prevalecia outras programações. Poucas vezes conseguia assistir aos programas de seu interesse.

Sua rotina era preenchida durante toda a semana por repetidas atividades e pela intensa participação durante todo o dia nas atividades ofertadas dentro do CREAS pela manhã, participação no EJA à tarde e pernoite na Hospedagem Noturna.

A Menina Clara tinha clareza da pobreza de experiência na repetição da rotina, fria e distante. Ela ainda assim espera, anseia, se vincula e se abre às novas possibilidades...

Quem poderá acolher o que Clara ensina?

5.2 PEDRO BALA

*Amava o sol, a rua, a liberdade.
(AMADO, p. 186)*

Chamamos o jovem que encontramos no CREAS Bento Ferreira de Pedro Bala⁷. Menino líder, menino do olhar cuidadoso e desafiador, guerreiro, que enfrentava o mundo com sua coragem e com o seu olhar astucioso.

Havia uma atenção na sua presença no CREAS. Antes mesmo de vê-lo, escutávamos o seu nome sendo falado. Havia um grande burburinho, como se o líder estivesse chegando junto ao seu grupo. A presença de Pedro Bala alterava a calma do local.

A primeira cena traz o modo como Pedro Bala se relacionava com aquele espaço. Veio em nossa direção, sentou no sofá, quase deitado, mostrando-se bastante à vontade, parecia sentir-se em casa.

Ao entrar no espaço, o jovem cumprimentava a oficina com um sorriso no rosto. Explorava cada canto no espaço do CREAS como estivesse na rua, no movimento ziguezagueante da rua, cada movimento fazia com que Pedro Bala falasse um pouco de si. Se aconchegava nos lugares já conhecidos por ele.

A rua para Pedro Bala trazia aconchego e proteção quando se sentia desnorteado. A rua também exigia coragem e vigília.

A cada ida ao CREAS, o jovem conseguia colocar a cabeça no lugar. A rua estava presente a todo o momento nas suas falas, suas expressões anunciavam o seu gingado com as circunstâncias que o deixavam mais forte.

⁷ Personagem do livro “Capitães de Areia”, de Jorge Amado.

A rua trazia novas vinculações e novos afetos em sua vida, o que fazia andar por novos territórios e se desprender de territórios antigos.

Pedro Bala tinha cinco irmãos que não via há bastante tempo. Costumava visitar seus parceiros que ainda moram no bairro onde morava. Seu olho brilhava quando falava dos seus *parceiros*.

Já cedo, é possível encontrá-lo numa das praças da cidade, onde fazia a entrega de frutas para vender nas barracas. Sua rotina iniciava na madrugada com as frutas e em seguida, com a venda de temperos e entregas nos restaurantes.

À tarde, seu destino para relaxar e colocar a cabeça no lugar era o CREAS. Na rua, Pedro Bala pensava rápido diante dos atravessamentos da cidade sobre sua vida, sobre sua escolha de morar nas ruas, sobre sua permanência na rua, sobre seus desejos, sobre sua sobrevivência.

Seu sono inconstante era protegido por uma caixa de papelão. Dormia com o som das múltiplas interferências da rua. Era preciso dormir atento. A noite era acompanhada pela trilha sonora da inconstância e dos mistérios da cidade sobre a existência de um menino “protegido” por uma caixa de papelão. Aquele menino, que parecia frágil junto a seu objeto de proteção, dava reviravoltas e pausas diante dos movimentos de captura na cidade. A cada escolha, a cada reviravolta, a cada tentativa de vigília, sentia o sabor da liberdade.

Mas, a vida de Pedro Bala não se fazia somente com os mistérios da noite protegida pela caixa de papelão, com a venda de frutas e temperos. Sua vida também era tecida nas suas idas ao CREAS, onde colocava a cabeça no lugar

e dava pausas em sua rotina turbulenta. As conversas fiadas e as aventuras anunciadas eram matéria da rua dentro daquele espaço. Aos poucos, Pedro Bala trazia a rua como o local de reinvenção da vida. O jovem desnaturalizava o risco dado às vivências na rua.

A trajetória de Pedro Bala não seria a mesma se continuasse no seu território de origem. Sua saída de casa ensinou a lidar com as durezas da vida, mesmo tendo enfrentado a dureza dentro de sua própria casa, era preciso sentir o sabor da liberdade, de outros territórios, de novas andanças.

Pedro Bala ganhava denominações como o *menino de ouro* por gostar de cuidar das pessoas, por ser referência de vínculo e afeto, por ser “ele mesmo”. O menino nos dizia: *“cuidado na região de São Torquato, lá é tenso...”* Pedro Bala conhecia os territórios e sabia que a rua apresentava armadilhas. As experiências com as suas andanças na rua eram transmitidas por Pedro Bala no espaço do CREAS.

Pedro Bala foi líder do tráfico. Com o dinheiro obtido no seu trabalho, comprava cestas básicas para entregar às famílias necessitadas.

Participou de movimentos sociais como o Movimento Nacional de População em Situação de Rua que aconteceu em Brasília e levantou a seguinte bandeira *“Vou falar para legalizar as drogas”*.

Saímos do CREAS admirados com a força daquele menino pequeno, que tinha tantas experiências de vida marcadas no seu corpo. Nossa expectativa era de acompanhar Pedro Bala em suas aventuras... Mas, os desafetos não eram vivenciadas somente na rua, as friezas também faziam parte do CREAS.

Perguntávamos o que levaria Pedro Bala a não comparecer naquele local no dia seguinte. A psicóloga que já conhecia o jovem há bastante tempo podia nos dar pistas sobre a ausência dele.

Pedro Bala tentou pegar um material da oficina, contudo, não foi liberado para utilizá-lo por conta da necessidade de ter um profissional para auxiliá-lo durante a atividade. Pedro Bala, bastante irritado, começou a quebrar alguns materiais do espaço, sendo difícil contornar a situação. A equipe de trabalho pensou em chamar a polícia, pois viram a reação do menino como uma “violência”. A psicóloga tentou mediar a situação: *“esses meninos já sofrem muitas agressões na rua, chamar a polícia seria mais uma violação e agressão em suas vidas”*.

Após o ocorrido, Pedro Bala sofreu uma sentença: estava suspenso das atividades no CREAS, daquele lugar que via como sua casa, com o qual nutria afeição e onde sentia aconchego.

Talvez o Pedro tenha nos dado a oportunidade de aprender algo mais. A dureza e a frieza das normas e das punições remetem à barbárie e à ruína do mundo... Ele ainda assim cuida, conta, se enraivece e tem pressa.

Quem poderá acolher aquilo que Pedro ensina?

6 PARADOXOS NAS REDES INTERSETORIAS

Nas travessias percorridas com a pesquisa e nas vivências profissionais como psicóloga no campo da assistência social e em seguida no “*mar*” da saúde mental, inseridos no Programa de Saúde Mental do município de Cariacica, acompanhamos circunstâncias e práticas envolvendo a rede intersetorial com o foco na garantia de direitos e nas diretrizes que baseiam as específicas políticas tanto da assistência social quanto da saúde.

É um desafio, quando estamos no cotidiano da rede, seja como pesquisador, seja como psicóloga, seja como profissional da assistência social, seja como profissional da saúde, pensar e efetivar políticas intersetoriais.

Víamos que alguns meninos abordados em situação de rua no município de Vitória tinham sua família residente no município de Cariacica, onde estou trabalhando como psicóloga do Programa de Saúde Mental. Os estudos de caso reuniam os serviços da rede como os CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Programa de Saúde Mental, Consultório na rua, Instituições de Acolhimento, Abordagem Social, Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i).

Certa vez, os serviços discutiram quais possíveis encaminhamentos a serem construídos pela rede junto a um jovem que se encontrava morando nas ruas de Vitória.

Alguns relatos reforçavam a ideia de que o menino deveria voltar para o seu município de origem. Aquilo produzia desconforto, angústia e perguntas: *Conhecemos o contexto da família desse menino? Conhecemos o território*

onde o mesmo residia? Ouvimos o menino, o que ele deseja, o que ele pode nos ensinar? Estamos reafirmando que estar na rua é estar sob vulnerabilidade e sob risco constantemente. Há vida nas ruas?

6.1 UM POUCO DE JOÃO

A angústia e as inquietações produzidas no encontro da rede intersetorial para a discussão de caso do menino João, que era originário de Cariacica e vivia nas ruas de Vitória, levou-nos a caminhar e construir trajetos no território onde morava a família de João.

Ao chegarmos ao seu bairro, onde as violações de direitos eram constantes, onde faltavam equipamentos voltados para o lazer e cultura, fomos à busca da sua casa. Quando anunciávamos o nome de seus pais, não conseguíamos localizar a casa, contudo, quando falávamos o nome do menino, rapidamente foi possível encontrar. O menino era conhecido no bairro.

No momento da visita, conseguimos conversar com sua irmã adotiva. A madrasta e o pai do jovem estavam trabalhando no momento. Gostaríamos de saber como funcionavam os laços afetivos daquela família...

Contudo, na primeira fala da jovem, percebíamos que não havia desejo da família em receber o jovem. *“Quando ele está em casa, só causa problema e confusão, inclusive no bairro. Ele não consegue ficar em casa, fica no máximo três dias depois retorna para a rua”.*

Através da visita, conseguíamos entender o movimento daquele menino em suas constantes idas e vindas para as ruas. Apesar das várias tentativas de encontro com o pai e a madrasta, não foi possível conversar com os mesmos.

Outro encontro aconteceu na audiência concentrada na Vara da Infância de Cariacica, onde pudemos conhecer o pai e sua madrasta. Naquele período, o menino criava vínculos com o Acolhimento Institucional. A audiência iria determinar as responsabilidades daquela família durante a inserção provisória de João no abrigo.

Na audiência, o pai e a madrasta foram colocados sentados no meio da sala, em frente à juíza. Em volta, estavam todos os profissionais da rede que acompanhavam o referido “caso”. O pai disse da angústia de não conseguir fazer com que seu filho permanecesse em casa. Os profissionais da rede falaram sobre a dificuldade de adesão do jovem aos serviços, tanto da assistência social, como da saúde e da educação, que foram determinados pelo juizado.

João também era acompanhado pelo CAPS i devido a um diagnóstico de transtorno mental. O pai falava que amarrava seu filho em casa para ele não ir para a rua. Talvez o risco se efetivasse na violência praticada no ato de amarrar o filho. Contudo, sabíamos que aquele pai tinha muitas dificuldades no cuidado com o filho. Os serviços anunciavam que o menino apresentava carência de afetos. Demonstravam-se preocupados com a permanência do mesmo na rua que resultara em conflitos e agressões ao menino. Mas, o cuidado do pai que levava marmitta para seu filho na rua, era visto pelos

profissionais da rede como negligência, conivência com a situação e um fator de risco...

A judicialização do acompanhamento de João, com a determinação judicial aos serviços do cumprimento da imediata inserção no Caps i e no Acolhimento Institucional, traz os paradoxos da rede de “atenção” à infância.

O menino se tornou um “caso de medida judicial”. A cada instante é demarcado um novo local para João. Algumas ações não levam em consideração as próprias políticas que deveriam ser seguidas. O menino é mandado para um abrigo, em seguida é transferido para outro abrigo, depois é determinado o acompanhamento com o psiquiatra, em seguida, é determinado um novo acompanhamento com outro psiquiatra e assim segue a vida *sub judice* de João.

6.2 UM POUCO DE JOANA

Joana iniciou seus trajetos pelas ruas de Vitória quando tinha 12 anos de idade. Atravessou sua infância, juventude e hoje adulta traz uma história de vivências nas ruas e nos serviços da rede intersetorial do município.

Sua história com a rua inicia na juventude, quando fazia parte de grupos que moravam nas ruas de Vitória e quando a cidade era ocupada por vários grupos de adultos, famílias e crianças nas ruas, praças e sinais.

Lembro-me de seus romances, combates, lutas e aventuras amorosas na rua. O espaço da rua era bastante significativo em sua vida. Algumas ruas traziam vestígios e traços de suas aventuras, tristezas, alegrias e intensidades. Alguns

encontros eram marcados por seus gritos quando via o carro da abordagem de rua passando próximo de onde costumava ficar.

Os encontros com Joana eram marcados por falas de indignação e sofrimento pela perda de seus filhos. Rosto e corpo marcados pela dor da retirada de seus filhos, as palavras se acumulavam na garganta e com dificuldade brotavam na boca e transbordavam pelos olhos em lágrimas salgadas pela impotência desértica que acometia Joana.

Indignada também por não aceitarem que ela não se enquadrava num modo único de viver e em normas e procedimentos únicos, Joana mostrava que a sua vida era muito mais do que estar em situação de rua. Mostrava que era através das ruas que conseguia trabalhar e ganhar seu sustento.

Aprendíamos com Joana que na rua se constrói afetos, reconstrói experiências, histórias e amores. A cidade era vista por outros olhos quando estávamos perto de Joana.

Permanecer nas ruas era um combate constante. Teve oito filhos, sendo todos tirados e abrigados por conta de seu histórico de situação de rua e uso de drogas.

Nosso último encontro com Joana aconteceu por acaso, próximo à entrada de um supermercado, onde costuma ficar vigiando carro.

Em uma ida ao supermercado, Joana me viu de longe e, ao cumprimentá-la, o afeto transbordou em memórias dos nossos encontros e diálogos.

Joana me apresentou aos outros parceiros que estavam lavando carro, como uma amiga. Falou sobre sua vida. Hoje está inserida no Programa denominado Moradia Alternativa. Disse estar feliz com sua casa. Disse que tem algumas pessoas próximas que fazem uso de drogas, e isso tem deixando-a desanimada por conta de não querer voltar a fazer o uso de drogas.

O encontro possibilitou que Joana falasse sobre sua dinâmica em sua nova casa. Pediu doações de roupas. Falou que faltam algumas coisas na sua casa, mas que, aos poucos, irá comprar o que for necessário.

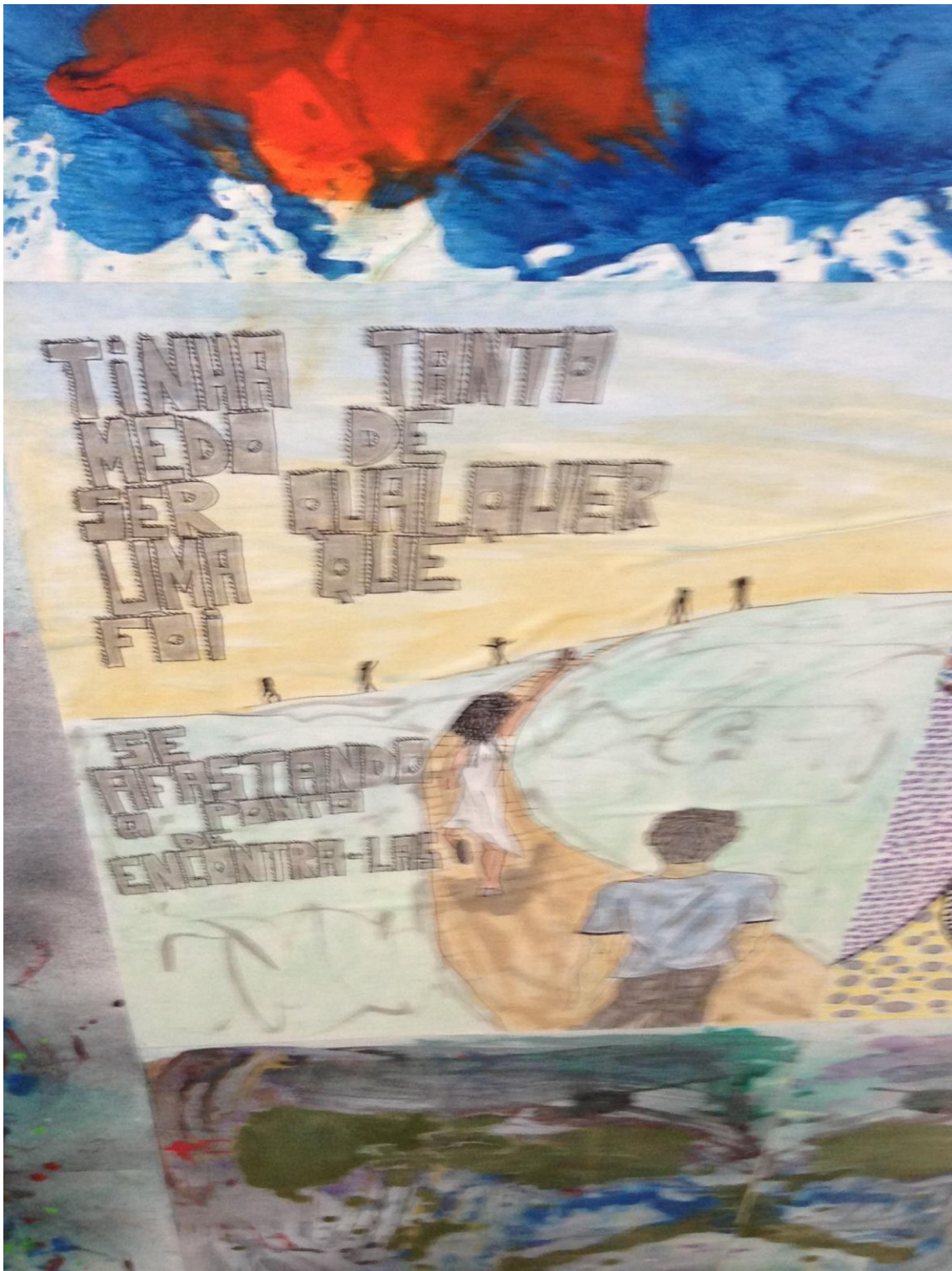
Nosso encontro não finalizou na conversa em frente ao supermercado. Não finalizou nos escritos desta dissertação. Nosso encontro não finaliza. Aumenta o afeto ao sermos atravessados por histórias heterogêneas na cidade.

7 PEQUENA MEMÓRIA PARA UM TEMPO SEM MEMÓRIA

Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada
(Gonzaguinha – Eu acredito é na rapaziada)

No trajeto da pesquisa fomos surpreendidos por imagens e obras de arte produzidas por Claras, Pedros, Joões, Joanas e tantas crianças que expressavam suas histórias de vida em cenas nos espaços dos CREAS.

As imagens cartografadas apresentam as possibilidades infinitas de caminhos diante dos rearranjos de suas histórias. A produção de um fio constante que se juntava a elementos imprevisíveis, produzia embaraços na visão e configurava novas experiências.



A distância do longo caminho a seguir sozinha para tornar-se alguém pode falar da aridez dos encontros na família, nas políticas, nos espaços demarcados pelas instituições sociais?

A infância que nos apresentam pode ser pensada como experiência desejante de libertar-se dos modos de vida totalitários? Como experiência de invenção de mundo? Como experiência de acolhimento que faça de nós e de cada um alguém que possa “contar”, fazer a diferença?

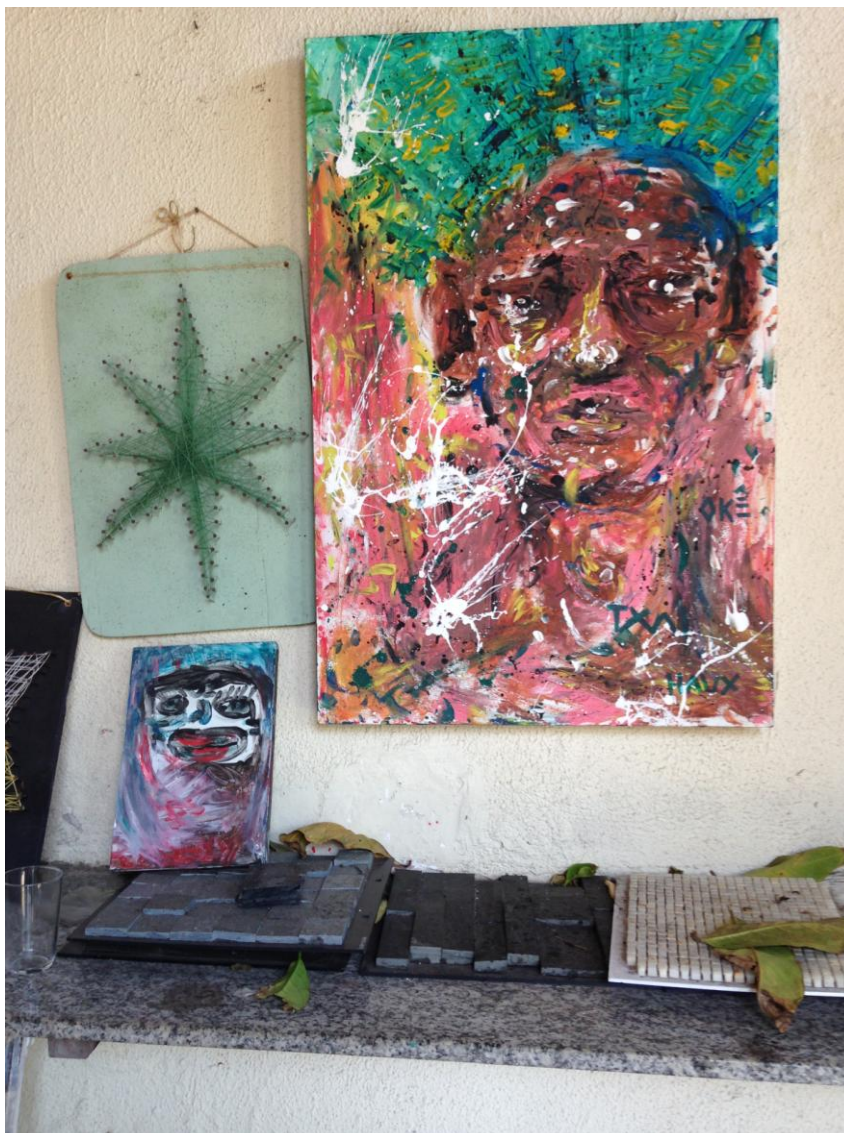
Na rua, era qualquer um, na rua encontrava-se. Na rua, reinventava-se. Na rua, exigia e resgatava olhares em direção a uma infância “quase perdida”...



Inicialmente, as imagens eram confusas, as cores eram vivas, as cenas indecifráveis. Era preciso estar junto, sentir a intensidade da mistura das cores e dos rearranjos para viver histórias nas imagens.

Seus corpos eram colocados junto às cores-imagens daquele momento.
Registravam momentos, capturavam expressões, capturava-se confusões.

Imagens, palavras, sentimentos expressados como nascimento, morte, cura e
mar atravessavam aquele encontro.



A imagem inicial era de um índio, podíamos ver seu olhar no meio das cores,
seu rosto era nítido. O índio desenhado relampejava com o agora. Trazia à
tona a imagem do esquecido.



Aproximávamos da imagem e a mesma distanciava-se. Havia um horizonte presente naquele encontro. Não conhecíamos, ao certo, o final daquele desenho, sabíamos das subidas e descidas...

Entre as montanhas, havia buracos, vazios, interrogações, passagens: experiências.

No encontro com a imagem, aproximávamos de realidades distanciadas. Fragmentava-se sentimentos no movimento ziguezagueante das montanhas.



Entre os rabiscos, entre as misturas, entre a imagem, entre o registro, entre as palavras, entre as experiências, havia um menino. Aos poucos, o menino tornava-se visível. Suas experiências deixavam rastros de coragem, inventividade e começo.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Ayres, L. S. M. (2002). Naturalizando-se a perda do vínculo familiar. Em M. L. Nascimento (Org.), **Pivetes: a produção de infâncias desiguais** (pp. 110-127). Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor

AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. **A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BAPTISTA, L.A. **O veludo, o vidro e o plástico: desigualdade e diversidade na metrópole**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei 8.069/1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**

BRASIL. Lei 8742/1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social**. 2º Edição, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direito**. Brasília, 2014.

COIMBRA, C.M. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C.M; AYRES, L.S.M; NASCIMENTO, M.L. (Orgs). **PIVETES: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009.

FERREIRA, M. S. **Walter Benjamin e a questão das narratividades**. Mnemosine, vol.7, nº2, p. 121-133, 2011.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do College de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed.34, 1992. 208 p.

LATOURE, Bruno, “**Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência**”. In J. A. Nunes e R. Roque (org.), *Objetos Impuros. Experiências em Estudos sobre a Ciência*, Porto, Afrontamento, 2009.

LOURAU, R. Implicação-transdução. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

PASSOS, E., KASTRUP, VIRGÍNIA. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PRECIOSA, Rosane. **Rumores discretos da subjetividade – sujeito e escritura em processo**. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2010.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROLNIK, Suely. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia**. São Paulo: Escuta, 1995.

TAVARES, G.M. Carta à infância. In: TAVARES, G.M; MORAES, M; BERNARDES, A.G. (Orgs). **Cartas para pensar: Políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014, p 61-68.

TEDESCO, SILVIA., NASCIMENTO, MARIA LIVIA. **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BENJAMIN, WALTER. **Obras escolhidas Vol.1 – Magia e técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva/Unicamp, 1994.